



Revista Espaço Livre, vol. 5, n.º 10, jul./dez. 2010.

N.º 10



REVISTA ESPAÇO LIVRE

ESPAÇO LIVRE, vol. 5, n.º 10, jul./dez. 2010.

Conselho Editorial

Edmilson Marques
Hugo Leonnardo Cassimiro
Jaciera Reis Veiga
Lisandro Braga

Conselho Consultivo

André Melo
Cleiginaldo Pereira dos Santos
Cleito Pereira
Edmilson Borges
Edmilson Marques
Erisvaldo Souza
Fernando Lima Neves
Flávio Pereira Diniz
Hugo Leonnardo Cassimiro
Jaciera Reis Veiga
Jean Isídio
João Alberto da Costa Pinto
Juversino de Jesus Júnior
Leonardo Venícius Parreira Proto
Lisandro Braga
Lucas Maia Santos
Maria Angélica Peixoto
Nildo Viana
Ovil Bueno Fernandes
Uelinton Rodrigues
Veralúcia Pinheiro
Weder David de Freitas

Imagem da Capa

REL-UITA

Expediente

A revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC – Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural. Intencionamos, com ela, manter um meio de exposição de ideias críticas acerca da contemporaneidade em suas variadas dimensões. O nome da revista é expressão disso. Um espaço ou meio no qual o conteúdo é mais importante que a forma. O critério fundamental, assim, é a criticidade e perspectiva libertária das contribuições. Nesse sentido, todas as dimensões da vida humana são temas publicáveis. Os trabalhos recebidos pelo conselho editorial da revista serão avaliados podendo ser publicados ou não. Aqueles publicados na revista não expressão, necessariamente, a opinião do corpo editorial. Podem ter entre 1 e 10 páginas; padrão ANBT; bibliografia e notas ao fim; formato .doc; e, devem ser enviados para espacolivre@sementeira.net.

Sumário

APRESENTAÇÃO	05
CULTURA, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: PRÁTICAS DE VIDA DA MULHER TRABALHADORA DA MARÉ Jeruza Jesus do Rosário	06
AS BALIZAS NA HISTÓRIA: A DISCUSSÃO SOBRE A MEMÓRIA HISTÓRICA NO LIVRO “A TEIA DO FATO” DE CARLOS VESSENTINI Marcello Felisberto Moraes de Assunção	19
SYLVIA PANKHURST E O ESQUERDISMO INGLÊS Nildo Viana	24
A LUTA POR LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CHINA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ENGAJAMENTO ESTADUNIDENSE À LUZ DO INGODO GOOGLE x CHINA Pedro Lara de Arruda	36
AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL NA AMÉRICA CENTRAL (1960-1990) Roger dos Anjos de Sá	45
A DISCRIMINAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA GLOBALIZADA Vanessa Alexandre de Souza	60

Este número da Espaço Livre publica uma diversidade de textos, tanto quanto às temáticas quanto aos referenciais e metodologias. Estudos sobre a memória, biografias e lutas sociais figuram entre os trabalhos. Uma etnografia do trabalho na maré que mulheres fazem nos é apresentada no texto de Jeruza do Rosário. Memória e história, relação presente na obra de Carlos Vessentini, são discutidas no texto de Marcelo Assunção. A biografia de uma comunista inglesa marginalizada pela perspectiva bolchevique é apresentada por Nildo Viana. Pedro Arruda discute a contenda entre a empresa Google e o governo chinês envolvendo controle de informações. A América Central é o foco territorial de Roger Sá que nos apresenta uma discussão acerca das relações internacionais de alguns países da região e as consequências internas dessas relações. Por fim, o preconceito cultural contra migrantes dos estados do nordeste brasileiro habitando nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo é o tema de Vanessa de Souza.

Boa leitura!

CULTURA, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: práticas de vida da mulher trabalhadora da maré

Jeruza Jesus do Rosário*

5

Os estudos sobre as marisqueiras e pescadoras da Reserva Extrativista (Resex) Baía do Iguape iniciaram-se em Março de 2007. A referida Resex localiza-se no Recôncavo Sul Baiano. Nestes estudos, busco retratar o cotidiano das pescadoras na Resex Baía do Iguape em seu espaço, a percepção que estas mulheres possuem de si próprias neste espaço e a relação delas com o meio ambiente. Através da observação do espaço vivido, e sob o prisma da ciência geográfica, procurei diagnosticar a representação desse ambiente como cenário de vida e de trabalho, assim como o papel dele como mediador na transmissão de conhecimentos.

Este estudo fundamenta-se no sentido de analisar a importância do papel da cultura produzida pelas mulheres trabalhadoras na pesca para uma educação de perspectivas sustentáveis. Tendo em vista que estas mulheres produzem uma cultura de expansão de valores baseados na ética ambiental, o que contribui de maneira crucial para uma educação com vistas à sustentabilidade de crianças, jovens e adultos, esta pesquisa encontra lastro no interesse pelos fenômenos implicados na relação educação-gestão-desenvolvimento. Vejo que o estudo sobre as pescadoras da localidade da Baía do Iguape corrobora com questões relacionadas à cidadania, à gestão participativa, à democratização, ao desenvolvimento local, à sustentabilidade, entre outras.

A abordagem neste trabalho é etnográfica, pois permite a interpretação dos significados construídos por estas pescadoras. Conforme o pensamento de Geertz (1989), as culturas são "teias de significados" tecidas pelo homem; o

*Geógrafa, Professora de Geografia, Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB-Universidade do Estado da Bahia. Email: jeruzarosario@hotmail.com.

significado que os homens dão às suas ações e a si mesmos. Para este autor, a etnografia deve interpretar e buscar os significados atribuídos a esses atos. Tem como princípios metodológicos a História Oral, que permite a visibilização de grupos socialmente silenciados, a iconografia e a relação história e memória.

A metodologia empregada para a realização desta pesquisa, primordialmente na estruturação da pesquisa de campo, é baseada na realização de entrevistas semi-dirigidas junto às pescadoras e pessoas ligadas ao seu cotidiano, assim como levantamento cartográfico, fotográfico e documental nas localidades.

Utilizo como fontes desta pesquisa as pescadoras da Baía do Iguape, pessoas ligadas ao seu cotidiano (tanto homens como mulheres), fotografias de arquivos pessoais, exame de documentos da colônia de pescadores, observação de campo, registro por fotografia e informações coletadas em órgãos públicos como BAHIA PESCA, CAR, SEI, CRA, GERMEN, IBGE e SEAGRI.

6

Nessas entrevistas, foi feito o uso da investigação das memórias das pescadoras, pois parto do princípio que a memória se alimenta de uma materialidade, uma espécie de coleção de imagens presentes que a memória lembra e reconstitui em relação ao lugar, objeto ou sentimento. Como pesquisadora, verifico a importante arte do *escutar* e do *enxergar* a mulher pescadora em seu universo à maneira como pode ser, pois creio ser essa a essência deste estudo. Com as pescadoras, é imprescindível o máximo de sensibilidade para poder perceber as falas, os gestos, o olhar, o modo como se fazem as divagações a fim de apreender mais do que simplesmente é dito.

Vale ressaltar o imprescindível trabalho de lançar mão do uso da iconografia e da memória e, desta maneira, dar conta da proposta desta pesquisa. Assim, contemplam-se os princípios da boa tradição antropológica que faz dialogar sujeitos, história e memória a partir de suas práticas discursivas.

Por fim, este tipo de estudo possibilita a compreensão de outros modos de vida que ancoram os princípios da cidadania, da democracia e da sustentabilidade.

Este tema suscita a importante discussão sobre a inserção da mulher na atividade pesqueira, que se realiza ainda sem o devido reconhecimento de seu trabalho e de seus direitos. De modo geral, somente elas próprias reconhecem sua condição de pescadoras, realidade esta que evidencia o grau de “invisibilidade” do trabalho destas. As mulheres trabalhadoras na maré na Baía do Iguape consideram-se pescadoras mesmo que não “embarcadas”, o contrário do que acontece com os homens, que segundo elas próprias nas entrevistas, só se consideram “pescadores” quando fazem uso de algum tipo de embarcação como a canoa, por exemplo.

7

Neste sentido, procuro dirigir esta pesquisa rumo à compreensão do modo de desenvolvimento de culturas de localidades como a Baía do Iguape, tão enraizadas no mundo natural, encantadas por seus mitos, explicações mágicas e tradições seculares, a exemplo das histórias sobre a Vovó do Manguê e do Caipora. Quiçá até mesmo motivar o repensar das relações entre Homem e meio natural, tendo a mulher como indivíduo de representação no processo do “despertar do mundo”. Consoante a este pensamento, Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Há a crença de que as comunidades tradicionais estão mais próximas da natureza e são motivadas por uma ética de conservação. Essa ética de conservação está, vejo eu, calcada nos paradigmas de imaginário, topofilia, relação sociedade versus natureza, visão holística, espiritualidade, afetividade, cultura e ecologia social, entre outros. Melhores perspectivas se delinearam nas últimas décadas, já que se desenvolveram bastante e positivamente as pesquisas sobre “povos tradicionais”, sobretudo sobre os desafios e conflitos

em que estão inseridos, numa perspectiva interdisciplinar, construindo assim interfaces entre as ciências sociais e as ciências da natureza (CASTRO, 1997, p. 165).

Os povos tradicionais, a exemplo das mulheres trabalhadoras na pesca, elaboraram um profundo conhecimento sobre os ecossistemas nos quais vivem e trabalham, o que garantiu a reprodução de seu sistema social e cultural, seu modo de vida. Os sistemas tradicionais de manejo revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Nos depoimentos gravados, as pescadoras da Baía do Iguape têm clareza de sua condição de pilares de suas famílias, pois a *“mulher pescadora é extremamente preparada para conduzir um lar”*, afirma Roquelina, pescadora da Baía do Iguape. Em vista da labuta diária em administrar as dificuldades do dia-a-dia da vida no manguezal, a mãe-pescadora se percebe como agente multiplicador de suas vivências, de seus saberes. Essas vivências e saberes transcorridos no meio ambiente natural, pautados pela tradição, povoam o cotidiano de quem vive na pesca.

8

Esta pesquisa somente se faz possível pelas narrativas das pescadoras que podem dar rumo às reflexões, e que, de acordo com Ferreira (1996, p. 31- 33), funcionam como uma espécie de ponte entre a teoria e a prática, estando mergulhadas em histórias despertadas pela memória. Com a contribuição da História Oral, nessas memórias, cria-se a possibilidade de tornar perenes as vivências todas dessas mulheres, as experiências de trabalho e de vida que se animam dia após dia.

Assim, deve-se registrar que o papel feminino é de extrema importância no que se refere à manutenção da tradição, já que é ela a educadora e socializadora maior nas sociedades pesqueiras. São as mulheres que parem, cuidam, passam a maior parte do tempo com suas crianças, numa partilha contínua de ensinamentos e aprendizados em casa, no manguezal ou na canoa. Estas mulheres colaboram com a preservação de uma cultural local e

desenvolvem pilares necessários à uma educação para a sustentabilidade. Aqui tem-se a referência à educação para a cidadania, elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O fortalecimento da cidadania é um desafio, a exemplo da população da Resex Baía do Iguape, e concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, transformando-se em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida.

Esta educação deve ter como pontos-chaves o viés crítico e inovador, com vistas à transformação social, para que possam existir mudanças sociais necessárias para se corrigir o curso do desenvolvimento e esta ser entendida como um movimento social e político. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

9

Como já apontado na introdução, o problema desta pesquisa surgiu ainda no período da escrita da dissertação de Mestrado, onde senti a necessidade de compreender como as vivências do cotidiano das pescadoras implicam numa educação em direção à sustentabilidade. Ampliar e seguir a linha do que foi produzido ainda no Mestrado é a proposta para a continuidade destes estudos.

É importante verificar o quão e como se constitui o papel da cultura produzida por marisqueiras e pescadoras para o desenvolvimento de uma educação baseada nos princípios da sustentabilidade. Pesquisar a mulher trabalhadora explica-se pelo fato de que, ao que tudo indica, é nas vivências dessa mulher, no poder dos saberes tradicionais e na sua cosmovisão, que ela produz uma cultura sensível à questão ambiental que anima a valoração da vida e, conseqüentemente, norteia caminhos rumo à educação de perspectivas sustentáveis e a melhores condições de vida pra sua localidade. Neste sentido, cabe questionar como a cultura produzida por esta mulher implica em práticas sustentáveis.

Tem-se, aqui, o conceito de sustentabilidade como a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana,

que prediz a participação comunitária na definição do manejo da área protegida e dos principais atores interessados. Ela implica a mudança de uma participação mais passiva/consultiva, para uma forma de participação mais interativa e mais distribuidora de poder.

A inserção da mulher na atividade pesqueira se fez, sem o devido reconhecimento de seu trabalho e de seus direitos. Historicamente, na busca pela sobrevivência, as mulheres adaptaram-se à competitividade comuns ao processo de *acumulação* e poder *dominante*, e nessa busca pela equidade entre homens e mulheres é que se estabelece a grande participação das pescadoras nas mobilizações realizadas na Baía do Iguape, visando a valorização de sua atividade pesqueira e pelas suas garantias trabalhistas.

Este estudo desenvolve-se sobre a Resex Baía do Iguape, especificamente nas localidades de Maragojipe, Nagé e Coqueiros. Dados do IBAMA e da Colônia de Pescadores de Maragojipe e de Santiago do Iguape nos mostram a existência de um universo de cerca de 8.000 trabalhadores na pesca em toda a Baía do Iguape. Em Maragojipe, são associados, aproximadamente, 3.500 pescadoras e pescadores, sendo mais de 50% deste corpo de associados composto por mulheres.

A Resex, conforme definição do IBAMA, “é uma Unidade de Conservação destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações nativas e extrativistas. Tem como propósito garantir a terra às famílias nativas e extrativistas, conservar os recursos naturais por meio de sua exploração sustentável, organizar, capacitar ou fortalecer o processo de organização dos moradores para a co-gestão com o IBAMA dos espaços e recursos naturais, e implementar alternativas de renda que propiciem a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam na área”.

Esta pesquisa faz-se sobre mulheres pescadoras, mulheres negras em sua grande maioria, a partir de suas memórias, considerando-as como sujeitos delineadores de cultura e agentes transformadores do seu espaço. Meus estudos durante o curso de Mestrado, volto a dizer, permitem traçar um perfil

desta mulher, o que abre possibilidades para trabalhar questões relativas à raça, gênero, cultura e educação.

Vale registrar que, para este estudo, trago a utilização do termo “pescadoras” com referência às mulheres trabalhadoras na maré, devido à relevância do fato de que muitas delas realizam a pesca propriamente dita, além da mariscagem. Faz-se também necessária a consideração de que a atividade da pesca abrange desde os procedimentos iniciais, como a preparação dos apetrechos necessários à atividade da cata ou pesca, até o beneficiamento do produto.

No seu ambiente de vida, as pescadoras são mulheres, mães, educadoras e trabalhadoras que fazem de suas vidas fontes de ensinamentos que se propagam infinitamente através das memórias e experiências vivenciadas na Baía do Iguape.

11

A pescadora na Baía do Iguape enfrenta dificuldades diversas da realidade integradora de uma reserva extrativista e traz em seu bojo os saberes constituídos pelos antepassados, os quais são perpetuados pela transmissão de tradições. Esses saberes contam com atores sociais de grande relevância representados pela figura dela própria, a qual privilegia e reforça os laços de identidade e de afetividade com o meio natural. Apesar de o dualismo natureza-cultura ser um produto cultural de nossa sociedade moderna e urbana, acredito que algo pode ser transformado em nossa visão de mundo, no momento em que aceitemos partilhar de valores que trazem as singularidades da conexão entre ser humano e natureza, no desenvolvimento de uma cultura e de uma educação em prol do modo sustentado de vida.

Esta educação implica uma revisão, por exemplo, dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Uma pesquisa de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, traz a idéia da formação vinda através da educação que está ligada ao espaço/tempo no qual se realizam as relações entre o ser humano e o meio

ambiente. Vale ressaltar que o entendimento de educação não se restringe aos bancos escolares, mas sim, em interações que produzem conhecimentos.

A realidade atual exige uma reflexão numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Mas representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural. A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

12

Neste contexto, e que se verifica é a importância de investigar como as práticas de grupos, geralmente silenciados, podem favorecer a construção de conhecimentos de significativa relevância.

Na busca da compreensão destas práticas, lançamos mão de alguns conceitos que considero importantes. A cultura constitui a percepção predisposta a enxergar a tudo que faz como parte do meio, conforme Laraia (2001). Logo, tem-se, então, uma apreensão de como determinados grupos têm a possibilidade de explicar a si próprios, construindo e transmitindo as tradições de fé, de cuidado com o outro e, por isso, a necessidade de estar atento aos modos de pensar local. Nessa realidade, há uma cultura produzida por mulheres, onde se estabelece uma relação entre o ser humano e a natureza tendo suas bases fundamentadas em práticas culturais, nas quais a natureza se apresenta de forma intensa. Este pensamento afina-se ao de Cláudia Cristina Souza (1991), quando esta, em seu estudo também sobre as mulheres da maré de Maragojipe, observa que estas trabalhadoras parecem

mesmo sempre se referir muito preenchidas de intimidade com o seu lugar, com o manguezal, suas casas. Nesta perspectiva, percebe-se o quanto Homem e natureza se integram.

Ser uma pescadora artesanal é, primordialmente, tornar-se portadora de um conhecimento que somente o cotidiano da pesca lhe confere, o que permite conduzir suas atividades, ampara suas atitudes numa ampla e complexa cadeia de inter-relações ambientais. Aliás, como já afirmara Diegues (1983:199) em seu estudo sobre camponeses e trabalhadores do mar, “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas.”. A pescadora se habitua aos ritmos naturais, se integra e aprende com o meio natural, posto isto, deve-se registrar que o papel feminino é de extrema importância no que se refere à manutenção da tradição, já que é ela a educadora e socializadora maior nas sociedades pesqueiras.

13

De algum modo, as pescadoras da Baía do Iguape são exemplos de mulheres que vêm demonstrando como construir relações de maior solidariedade, mobilização coletiva e modos de resistências, em busca de melhores condições de vida para si e para os seus. Embora as mulheres trabalhadoras da pesca só tenham tido o seu trabalho reconhecido em carteira de trabalho no início da década de 80, a Baía do Iguape mostra-se como uma localidade privilegiada, em que elas vêm tomando as rédeas rumo à conquista da garantia de seus direitos trabalhistas à medida em que se organizam.

Muitas destas mulheres se posicionam de forma engajada na execução de seu trabalho, como o exemplo de Roquelina Almeida, 43 anos, pescadora desde os 10, mãe de três filhos e atual presidente da colônia de pescadores. Ela mostra muita consciência sobre o valor da atividade na pesca e sobre o fato de a mulher ter que dar conta de todas as atividades de seu dia-a-dia: *“passa por todo o processo da mariscagem e tem que cuidar de casa, lavar roupa, cuidar de filho e ainda tem que ter tempo para ser mulher, para ser amiga, para ser mãe...”*.

Conforme Emma Siliprandi (2000, p. 65), as mulheres são as cuidadoras das relações entre as pessoas, nas famílias, entre vizinhos e comunidades e criam e recriam vidas dentro de um estilo peculiar de ver o mundo. O espaço em que as pescadoras realizam seu trabalho é o mesmo em que vivem, onde aprendem, onde concretizam o sentido dos lugares. Isto nos fornece pistas valiosas no sentido de podermos verificar como se modelam as experiências e como isso influencia sobre a sua ação e percepção.

Com os estudos de Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2003), envolvendo o conceito de espaço articulado ao de cultura, as pescadoras se tornam donas de seu espaço sem, no entanto, se preencherem do senso de propriedade, elas desenvolvem o sentimento de pertencimento a determinados lugares na medida em que ali constroem suas vidas. Os aprendizados na pesca, o relacionamento íntimo indivíduo *versus* natureza, são elementos formadores da cultura produzida pela mulher pescadora. Esta cultura é preenchida pela visão holística referenciada por Francisco Gutiérrez (1994), necessária ao equilíbrio dinâmico ser humano e natureza e a categoria da sustentabilidade que são pressupostos essenciais para a educação voltada para além do desenvolvimento da cidadania ambiental. Conforme Gutiérrez & Prado (1998), faz-se necessária um sistema educacional que promova a aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”. O conceito de “vida cotidiana” é essencial no contexto de vida dessas mulheres.

No sentido da vida cotidiana destas mulheres, as lutas das pescadoras ocorrem também nas reuniões da Colônia, nas quais é grande a participação das mulheres. A frequência feminina e o número de mulheres candidatas às vagas de delegados representantes da população da Resex, sempre foram maiores aos dos homens. Elas prosseguem neste ritmo atuante, participativo, pois muito do que já se conseguiu melhorar deve-se à participação mais efetiva das mulheres na colônia de pescadores.

Nas pescadoras, é percebido um sentimento de proximidade e reconhecimento em relação ao meio ambiente, talvez por isso seja tão recorrente entre elas privilegiar o equilíbrio dele, pois existe a consciência de

que é dali que se tira o sustento. Esses lugares estão repletos de simbologias como a lenda da Vovó do Mangue, lenda que funciona como um instrumento de defesa do próprio manguezal e de sua sobrevivência, levando em conta o senso de preservação e da natureza como a própria vida. Daí, vem a sua contribuição para a tarefa de educar para a cidadania, já que o histórico de suas vidas pressupõe esse entendimento, mesmo que de forma intuitiva, da necessidade de viver permanentes e complexas relações entre nós mesmos e outras formas de vida.

15

Nesta linha de raciocínio, o desenvolvimento sustentável, visto de forma crítica, tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. Como afirma Castells (1999), a organização social e os valores culturais são os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente e não simplesmente a tecnologia. É preciso uma ecoformação para torná-las conscientes e uma série de referenciais se associam para isso: os estudos do imaginário, a abordagem da transversalidade, da transdisciplinaridade e da interculturalidade. Neste sentido, é imprescindível uma revisão dos currículos escolares para que incorporem certos princípios no objetivo de orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos. Conforme Jean Piaget afirmou, os currículos devem contemplar o que é significativo para o aluno, e nesse pensamento, esses conteúdos só serão significativos para este aluno, se estes forem significativos também para o bem-estar comum sócio-ambiental.

Geralmente, as populações tradicionais vivem em um sensível grau de harmonia com seus ambientes naturais e por isso são as melhores guardiãs da biodiversidade. Na verdade, conforme Colchester (apud Diegues, 2000), boa parte do apoio que essas sociedades foram capazes de atrair no mundo industrializado é resultado da crença de que as comunidades tradicionais estão mais próximas da natureza e são motivadas por uma ética de conservação.

A partir do modo como trata aos seus em casa e como os inicia ao ofício da pesca, a mulher do Iguape se torna depositária e transmissora do valor que atribui à profissão. O sentido de desenvolvimento – que se construiu como uma ideologia que dá sentido ao sistema de relações de poder no mundo – é distante do sentimento de interdependência com a natureza estabelecido por essas pessoas. Há indícios de que as populações tradicionais, por viverem em comunhão com seu meio, vivenciam mais a sensação de bem estar do que populações de países tidos como “primeiro mundo”, onde a lógica seria a “submissão do outro” a título de mostra de soberania, como aborda Díaz Muñoz (1995). A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

16

As pescadoras constroem o seu espaço não apenas quando buscam o sustento, como também quando cuidam do seu meio, de seu lar e de sua família, o que abre possibilidades para a construção de uma educação que realmente empreenda uma reconstrução social. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A mobilização das mulheres em oficinas, associações e na colônia de pescadores, assim como as formas das práticas sociais em torno da pesca representam importantes elementos na produção do espaço social local.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz. e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Edna. *Faces do Trópico Úmido*. São Paulo: Florence Pinto. 1997.
- CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DÍAZ MUÑOZ, M. A. e MOYA, J. M. *Mujeres, espacio y sociedad. Hacia una geografía del género*. Madrid: Síntesis, 1995.
- DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo. Ed. Ática, 1983.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- FERREIRA, M, de M.; ARMANDO, J. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 1996.
- 17 GUTIÉRREZ, F. *Pedagogia para el Desarrollo Sostenible*. Costa Rica: Heredia, 1994.
- JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARIANO NETO, B. *Ecologia e Imaginário*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.
- PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998.
- REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998. p. 43-50.
- SILIPRANDI, E. Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, nº 1, jan./mar. 2000. p. 65.
- SOUZA, C. C. *Mulheres da maré: um estudo sobre as marisqueiras de Maragojipe – Bahia*. 1991. Monografia (especialização). UFBA, Salvador, 1991.
- VIGOTSKY, L. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AS BALIZAS NA HISTÓRIA: a discussão sobre a memória histórica no livro “A teia do fato” de Carlos Vessentini

Marcello Felisberto Morais de Assunção*

Este texto pretende fazer uma análise do livro “A teia do fato” de Vessentini (1997), tendo como eixo a discussão sobre as balizas na história através de três grandes tópicos que rondam esta obra: 1) A relação ideia e fato histórico; 2) A revolução de 30: Lembranças e negociação; 3) Memória e poder: marcos-temporalidades.

18

O livro de Carlos Vessentini “A teia do fato” nos dá suporte para problematizar questões tão presentes na historiografia, como objetividade e subjetividade. Ambos conceitos são em geral, a partir de vários graus de discussão na historiografia e nas ciências humanas, problemas no qual o ofício do historiador vem se defrontando desde a sua institucionalização como ciência no século XIX.

Vessentini irá se defrontar com estes conceitos a partir do prisma da historiografia, dizendo que existe um drama na interpretação do passado (1997: 65). Este drama está no fato de que quando o historiador vai ao passado, o interpreta carregando um conteúdo histórico já pré-configurado, que é o que Vessentini chama de ideia (1997: 82) – o “a priori” kantiano, a historiografia das lembranças para Mastrogregori (2006).

Para Vessentini o fato não é um mero espelho que reflete o passado, mas, é o resultado de um longo processo de transubstanciação da memória. Esta memória é constantemente enquadrada (POLLAK, 1989:7-15), sendo que este processo de enquadramento sempre tende a ser gestado pelas classes

* Graduando em história pela Universidade Federal de Goiás.

dominantes a partir de pretensões políticas do presente, que negocia dentro dos limites de justificação e que instituí fronteiras sociais, e também territoriais, a partir de seus interesses no presente.

Neste sentido, o fato histórico é visto como uma representação que busca ser universal mas, que sempre tende aos particularismos por representar os interesses de classe e grupos, estes que estão sempre em conflito pela legitimação da visão de mundo que estiver de acordo com sua perspectiva, simbólica, política e econômica.

Como nos mostra Pierre Bourdieu (1989) as lutas pelo domínio da apreensão do mundo social são efetivadas dentro do “*campo de produção*”¹, neste caso a história-ciência, que é onde se efetivara o domínio, a partir de lutas simbólicas, que buscam instituir o “monopólio da competência”, neste caso a análise do passado pela historiografia, para assim naturalizar concepções e visões de mundo. É dentro deste quadro de reflexões e que a relação ideia e fato histórico podem ser pensadas, já que a instituição do fato passa por processos de lutas, no interior do “campo”, que revelam o fato como carregado de ideias pré-concebidas.

19

Vessentini ao pensar o processo de forjar fatos prefere a metáfora do gancho (construída por Lucien Febvre) já que os ganchos perfuram gargantas e é propriamente isto que o historiador faz, ao omitir e dar ênfase, este seleciona e generaliza, muitas vezes, com a pretensão de transformar esta imagem como universal, e ao este fazer isso, atravessa tantas gargantas de tantos sujeitos ao esquecimento (VESSENTINI, 1997: 87).

É a partir destes esquecimentos e ênfases que o autor parte para pensar a questão da distância entre a experiência e as balizas construídas sobre a história do Brasil, especificamente se voltando para o “30”. É neste sentido que para o autor as lembranças do 30 são negociadas pela memória como pela

¹Um campo, para Pierre Bourdieu, é um sistema competitivo de relações sociais que funciona segundo sua lógica interna, que é composto de instituições e indivíduos que competem pelo domínio da competência considerada (intelectual, religiosa, historiográfica, etc), o domínio (oriundo da acumulação de capital simbólico) do campo permite aos que o conquistam conferir ou retirar legitimidade de outros que estão neste (BOURDIEU in EAGLETON, 1997: 141)

história para instituir uma história de acordo com pretensões políticas dos grupos no poder, dando um sentido a história a partir da transubstanciação da memória que irá concretizar ao longo do tempo o duplo processo de conservação/destruição das memórias.

Nesta articulação é que a lembrança do “30” como revolução se institui a partir de um longo processo de transubstanciação, que evidencia a distância e não a proximidade com o passado². Ao Carlos Vessentini propor o estudo desta transubstanciação como objeto do historiador – como propõem também Marc Bloch (2002) e, também, Mastrogregori com o conceito de tradição das lembranças (2006) – este está explicitando a importância de visualizar estes vários negócios que rondam a gestão do passado para ir além de uma história de “vencedores” e “vencidos”.

Esta concepção de história constituída de “vencidos” e “vencedores” se concretiza quando certos sujeitos com o “domínio da competência” (BORDIEU, 2003: 13) historiográfica partem do presente para julgar/avaliar a produção anterior (memorialista ou/e historiográfica) a partir de graus de cientificidade a hierarquizando a partir de pretensões do presente. Essas avaliações tendem a refletir as lutas pelo domínio do “campo” da historiografia, e portanto, pela capacidade do domínio, pela “formação estética do mundo” (RANCIÈRE, 1995: 7) que se concretiza, a nível da história, a partir da formação/destruição/permanência de balizas na história.

Estas balizas são marcos de poder que evidenciam o ato político que é inerente ao discurso histórico. Ao pensar o 30 Vessentini irá refletir com uma série de outros autores contemporâneos (Eclea Bosì, Edgar De Decca, etc) que esta temporalidade do 30 como marco da passagem do “tempo revolucionário” (SANDES, 2009) é constituída a partir de uma visão retrospectiva que vê o 30 a partir do 37, e que por causa disto não consegue

²Para compreender mais sobre esse processo de transubstanciação no caso específico do 30, ver: SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 43, p. 125-140, 2009.

ver outras temporalidades, marco que objetivava instituir uma perspectiva de unidade durante o regime varguista.

Esta construção do varguismo como marco é reproduzida a partir de diversos *campos de produção* que naturalizam essa forma de ver o passado. Para Vessentini o material didático é o meio mais amplo e significativo para instituir essa unificação e simplificação do conhecimento para a reprodução desta memória oficializada (VESSERTINI, 1997: 67). Para este a historiografia em Weffort, Ianni, Celso Cardoso, Caio Prado Jr, e diversos outros, a partir de diversas perspectivas teóricas e metodológicas continuou reproduzindo esta baliza a-criticamente (VESSERTINI, 1997: 99) para pensar o Brasil retrospectivamente.

Para Carlos Vessentini esta mera reprodução do fato pela historiografia nos mostra como esta baliza limitou o campo de visão a uma temporalidade naturalizada, que se sustentava a partir do silenciamento de sujeitos e objetos para concretizar nesta uma coerência interna. É criticando esta perspectiva que revela um claro marco de poder que Vessentini pensa que o estudo da memória pode ser uma ferramenta de romper com a perspectiva de um história dicotomizada entre vencidos e vencedores, que possa incluir o silêncio como um dos objetos do historiador³.

O esforço de Vessentini de romper a dicotomia de uma escrita da história que se fundamente na perspectiva de “vencidos” e “vencedores” – que é responsável pelos diversos silenciamentos na escrita da história – nos faz refletir sobre o próprio estatuto da história-ciência, já que a lembrança e os silêncios são assuntos primordiais para toda história que pretende ser científica, ou que pretenda discutir sua cientificidade, e neste ponto que reside a importância dessa obra de Vessentini.

³Como evidencia também BERNARDO (2003) ao se referir a importância do silêncio para o estudo da história: “Em matéria de ideologia o silêncio é sempre uma parte do discurso – para a visão crítica é mesmo a sua componente fundamental – por isso o lugar do silêncio está bem marcado, e quanto mais claramente definido ele for tanto mais gritante será, e mais o abafarão numa pletera de palavras. Tal como na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra podem indicar que haja tesouros escondidos” (2003: 19).

REFERÊNCIAS

BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

VESENTINI, C. *A teia do fato*. São Paulo: Ed. Hucitec, História Social, USP, 1997.

MASTROGREGORI, M. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, J. (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-93.

POLLAK, M. *Memória esquecimento silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANDES, N. F. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 43, p. 125-140, 2009.

RANCIÈRE, J. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

SYLVIA PANKHURST E O ESQUERDISMO INGLÊS

Nildo Viana*

23

Estelle Sylvia Pankhurst é uma militante e autora pouco conhecida. Uma das principais representantes do marxismo inglês, caiu no esquecimento, como tantos outros, devido à hegemonia leninista. O livro de Lênin, *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (1989) foi o primeiro passo para a produção do silêncio em torno de sua obra, pois um capítulo deste livro é dedicado à esquerda extra-parlamentar inglesa e a ela, sua principal representante teórica. Os demais militantes e pensadores atacados por Lênin nessa obra, os representantes da esquerda germano-holandesa, Anton Pannekoek e Herman Gorter, e da esquerda italiana, Amadeo Bordiga, também caíram no esquecimento, mas, por manterem, tendências, grupos, próximos ou que seguiam suas linhas, ainda tiveram, mesmo que marginalmente, um pequeno espaço para divulgação de suas ideias. Porém, na Inglaterra conservadora e empiricista, onde o dito “marxismo” se reduz a Hobsbawm, Perry Anderson, E. P. Thompson, não se poderia esperar um reconhecimento maior de Pankhurst.

Estelle Sylvia Pankhurst é uma militante e autora pouco conhecida. Uma das principais representantes do marxismo inglês, caiu no esquecimento, como tantos outros, devido à hegemonia leninista. O livro de Lênin, *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (1989) foi o primeiro passo para a produção do silêncio em torno de sua obra, pois um capítulo deste livro é dedicado à esquerda extra-parlamentar inglesa e a ela, sua principal representante teórica. Os demais militantes e pensadores atacados por Lênin nessa obra, os representantes da esquerda germano-holandesa, Anton Pannekoek e Herman Gorter, e da esquerda italiana, Amadeo Bordiga,

*Professor na Faculdade de Ciências Sociais, UFG.

também caíram no esquecimento, mas, por manterem, tendências, grupos, próximos ou que seguiam suas linhas, ainda tiveram, mesmo que marginalmente, um pequeno espaço para divulgação de suas ideias. Porém, na Inglaterra conservadora e empiricista, onde o dito “marxismo” se reduz a Hobsbawm, Perry Anderson, E. P. Thompson, não se poderia esperar um reconhecimento maior de Pankhurst.

A produção de Pankhurst se inicia no começo do século 20, ao lado de sua mãe e irmã. Numa situação de marginalização das mulheres na democracia burguesa e na política institucional como um todo, apesar da passagem da democracia censitária para a partidária, sem direito de voto e com grande parte reclusa das unidades domésticas, transformadas pelo capitalismo em apenas unidades de consumo e não mais de produção, a luta das mulheres assumiu um caráter reivindicativo de direito ao voto. Ao lado da mãe e da irmã, Emmeline e Christabel, Sylvia Pankhurst lutou pelo direito ao voto das mulheres e foi radicalizando sua posição, até se tornar comunista.

24

Pankhurst nasceu em Manchester, em 05 de maio (tal como Marx) de 1882, filha de um dos líderes do Partido Trabalhista, e iniciou sua militância na União Política e Social das Mulheres (WSPU), junto com a mãe e irmã, que lutava pelo direito de voto das mulheres. As militantes deste movimento foram chamadas de “sufragetes” para distingui-las das “sufragistas”, pois estas últimas surgiram no século anterior e tinham tendência política moderada. Sylvia abandona seus estudos (Faculdade de Artes) para se dedicar a esta luta e entre as ações executadas estavam o recurso à ação direta, tal como a prática de interromper os discursos de ministros ou colocar fogo em edifícios públicos. Entre as ações da WSPU é possível citar a marcha de 400 mil sufragetes que terminou com incêndio de igrejas e comércios. É em torno dessa época, 1911, que Pankhurst publica seu primeiro livro, “*História do Movimento das Mulheres Sufragistas*”.

As Pankhursts, como ficaram conhecidas, mudam para Londres devido a vitória eleitoral dos liberais com o objetivo de reforçar seu enfrentamento com o governo, organizando manifestações e outras ações, sendo que Sylvia

Pankhurst foi presa, tal como outras ativistas, como resultado da repressão crescente graças à força também crescente do movimento. Uma das principais razões das prisões era a expulsão e cobrança de multa que a polícia fazia das militantes e estas se recusavam a pagar e a greve de fome era a forma de protesto contra o abuso de autoridade e não consideração delas como presas políticas. A polícia respondia com a alimentação forçada.

Com o passar do tempo, Pankhurst acaba radicalizando suas posições. Isto se inicia com a divergência no interior do WSPU. As líderes deste movimento defendiam o voto feminino nas mesmas condições do voto masculino, porém, nesse período apenas 42% dos homens votavam, devido às regras eleitorais. Pankhurst e outras dissidentes passaram a defender o sufrágio universal para o conjunto da classe trabalhadora. Isso acabou promovendo a ruptura dentro do WSPU. A ruptura, no entanto, acaba sendo familiar também. Houve uma radicalização das lutas de classes na Inglaterra um pouco antes da Primeira Guerra Mundial, o que promoveu um movimento grevista de amplas proporções que ficou conhecido como *Great Unrest*. A mãe e irmã de Sylvia Pankhurst se opuseram ao movimento grevista argumentando que tal movimento era realizado pelos homens que tinham direito de voto e podiam utilizá-lo. Pankhurst, que nesse momento já tinha aderido ao socialismo, se posicionou a favor da greve, pois esta era realizada também por mulheres e a luta pelo voto feminino, segundo ela, deveria ser acompanhada pelo voto da totalidade da classe trabalhadora. A libertação da mulher passa por profundas mudanças sociais, muito mais do que pelo simples direito de voto.

Sylvia Pankhurst, em 1913, rompeu definitivamente com Emmeline e Christabel Pankhurst, fundando a Federação do Oeste de Londres, um movimento sufragista socialista. O patriotismo de Emmeline Pankhurst foi outro motivo para a ruptura, que em momento de guerra mudou o nome do periódico da WSPU de *La Sugrgette* para o nacionalista *La Britania*, com o lema “Pelo Rei, pelo País, pela liberdade”. A Federação Oeste de Londres foi

constituída em meio ao conflito entre as Pankhurst e sua irmã, Christabel, exigiu sua exclusão da WSPU. Segundo Jen Pickard:

"Esta cisão no WSPU refletia uma polarização geral ocorrendo na sociedade britânica. Entre 1911 e 1914, cada grupo chave de trabalhadores (estivadores, trabalhadores em transportes, ferroviários, engenheiros) estava envolvido em greves. Mesmo entre os membros do WSPU, aprisionadas e alimentadas à força, eram as mulheres da classe trabalhadora quem sofriam as piores condições e tratamento" (apud. Woods, 2010).

Em 1914, o governo inglês concedeu o direito de voto às mulheres de famílias proprietárias, ao temer tensões sociais internas durante a guerra, o que desmobilizou grande parte das mulheres – a sua ala moderada, tendo em vista que a reivindicação foi atendida.

Após 1914, Sylvia Pankhurst radicaliza suas posições. É o momento da Primeira Guerra Mundial e é quando a social-democracia aprova os créditos de guerra na Alemanha, promovendo uma ruptura nos partidos social-democratas, com sua ala dissidente radicalizando e formando outros partidos, tal como na Alemanha, Holanda, Rússia, etc. Nesse momento manteve correspondência com Lênin, colocando a importância e possibilidade de fundação de um Partido Comunista na Inglaterra. Na Europa, Rosa Luxemburgo, Gorter, Pannekoek, Rühle, Bordiga, entre outros, eram os representantes da dissidência e que questionavam não somente a decisão dos líderes social-democratas, mas, em continuidade com as críticas anteriores no seu interior, ao seu burocratismo, eleitoralismo, autoritarismo. O tema da oposição entre “massas e chefes” se torna um dos principais elementos da ruptura e das críticas e disputas entre as alas social-democrata e comunista, como os dissidentes começaram a se intitular.

Na Rússia, um país atrasado e, como já dizia Trotsky (1989), com um a intelectualidade ávida pelo poder, num regime ditatorial, emerge um outro tipo de oposição, o leninismo. As posições de Lênin, desde o início do século 20, eram social-democratas, com a diferença de seu autoritarismo e burocratismo mais intenso. É por isso que a aprovação pela social-democracia

dos “créditos de guerra” foi considerado uma “traição”,] que estavam todos no mesmo barco. O bolchevismo, filho e herdeiro da social-democracia, se sentiu traído e passou a chamar de “renegado” o seu ídolo, Karl Kautsky (Lênin, 1971; Lênin, 1979).

Eram duas formas diferentes de oposição à social-democracia, mas as críticas e oposição comum ofuscaram o caráter diferenciado da motivação e das reais diferenças políticas e programáticas. Isso foi reforçado pela Revolução de 1917 e pelas poucas informações que chegava à Europa dos acontecimentos na Rússia, e a imagem que se passou era que Lênin era o grande “teórico dos conselhos operários”, abstraindo sua oposição aos mesmos na Revolução de 1905 (Viana, 2010) e que a palavra de ordem “todo o poder aos soviets” era apenas arte de propagandista querendo apoio das “massas” para realizar o que sempre desejou e foi seu motivo de oposição aos conselhos no passado: a insurreição, a conquista do poder estatal. É devido a esta imagem que os dissidentes europeus, apesar de alguns perceberem determinadas diferenças, mantiveram apoio ao bolchevismo, tal como também fizeram anarquistas em todo o mundo.

27

É somente com o decorrer dos acontecimentos, com mais informações sobre o que realmente ocorria na Rússia, e com a tradução e maior divulgação dos textos de Lênin que a percepção do que realmente significava o bolchevismo começou a se delinear. O momento mais claro disso começou com a obra de Lênin, *O Esquerdismo*. Lênin critica a esquerda inglesa (Pankhurst), italiana (Bordiga) e alemã/holandesa (Gorter, Pannekoek), embora seu foco sejam os últimos, por possuírem posições mais radicais e definidas, bem como menos proximidade em todos os sentidos, e apresentando a receita da revolução bolchevique, além de inúmeros adjetivos pejorativos, a começar pelo título da obra (“doença”, “infantil”). Isso reforçou a divergência e promoveu a resposta de Gorter (1980), bem como uma referência de Pannekoek posterior.

Porém, aqui nos interessa o caso de Sylvia Pankhurst. A oposição de Lênin em relação a Pankhurst se deve, principalmente, ao

antiparlamentarismo assumido por esta devido à evolução do trabalhismo inglês e também ao problema da formação de um Partido Comunista na Inglaterra. A concepção de Pankhurst era a de que a base do movimento operário devia ser organizações revolucionárias nas fábricas e um Partido Comunista, que deveria se manter fiel aos seus princípios, isto é, sem participar do parlamento, se aliar ao trabalhismo e sem nenhum compromisso com as forças reformistas. Segundo Sylvia Pankhurst:

“O Partido Comunista não deve assumir compromissos... Deve conservar pura a sua doutrina e imaculada a sua independência frente ao reformismo; sua missão é marchar na vanguarda, sem deter-se ou desviar-se de seu caminho, avançar em linha reta em direção à Revolução Comunista” (apud. Lênin, 1989, p. 95).

A posição de Lênin é tipicamente oportunista e bolchevista, no sentido de garantir a hegemonia mundial bolchevique: “Os comunistas ingleses devem, na minha opinião, unificar seus quatro partidos e grupos (...) num Partido Comunista único, baseado nos princípios da III Internacional e da participação obrigatória no parlamento” (Lênin, 1989, p. 98), e devem fazer compromissos com os reformistas. Os quatro partidos e organizações a que se refere Lênin, e que discutiam a possibilidade de fusão e formação do Partido Comunista, eram o Partido Socialista Britânico, o Partido Socialista Operário, Sociedade Socialista do Sul de Gales e Federação Socialista Operária, este último sendo o grupo de Sylvia Pankhurst. Estes agrupamentos discutiam a unificação em um Partido Comunista e sua relação com parlamento e Partido Trabalhista, e a posição de Pankhurst era a de que alguns destas organizações eram demasiadamente moderadas e que o antiparlamentarismo e abstencionismo deveria ser critério para unificação. A posição do partido trabalhista aponta para o reformismo em contraposição à tendência à ação direta. Segundo Pankhurst, “exagerando” um pouco, “falando claramente, os partidários da ação direta defendem os soviets, os parlamentares as reformas” (1976, p. 35). Ela diz que seria provável “abandonar a ideia da fusão”. Lênin se opunha a isto e pregava a fusão e compromissos até com os reformistas.

Após os desdobramentos das lutas de classes na Europa e Rússia, Pankhurst vai, como tantos outros, clareando suas ideias e percebendo o real papel do bolchevismo. Nas reuniões da III Internacional, se articula com os anti-parlamentaristas, participando de reuniões com a chamada “ultra-esquerda”, em Amsterdam, encontrando-se com Pannekoek e Gorter, do qual nascerá uma colaboração intelectual e troca de correspondências com o primeiro (Pannekoek, 2010). Pankhurst irá postular as organizações de indústrias (comitês de fábrica) e sua articulação como a base do comunismo ao lado do Partido Comunista. Ela é uma das principais articuladoras da Federação Socialista Operária, que publica o periódico *Workers Dreadnought* (“O Encouraçado dos Trabalhadores”, referência ao “Encouraçado Potemkim”), onde ela publica, nesse período, as suas teses. Por isso é uma das fundadoras deste partido e colocará como critérios para aceitação de entrada no partido os seguintes itens: a) superação completa do capitalismo; b) luta de classes; c) ditadura do proletariado; d) os sovietes ou sistema de conselhos operários revolucionários; e) filiação à III Internacional; f) recusa de participação no parlamento; g) não-filiação ao Partido Trabalhista e abstencionismo completo. Aqui se nota divergências com o bolchevismo, especialmente o abstencionismo e a não-filiação ao Partido Trabalhista, defendida por Lênin. Pankhurst estava num Congresso da III Internacional quando começou a circular o panfleto de Lênin contra o esquerdismo, mas os representantes do esquerdismo alemão já tinham se retirado e Pankhurst ficou isolada, pois também não se articulou com Bordiga, que estava no Congresso. A III Internacional insistia e isso foi aceito por parte dos delegados ingleses, na unificação do Partido Comunista na Inglaterra. Pankhurst manteve o periódico *Workers Dreadnought* independente do novo partido unificado, o que permitiu, mais tarde, publicar a resposta de Gorter a Lênin. Pankhurst se aproxima da esquerda germano-holandesa e pensa na constituição de uma IV Internacional dos trabalhadores e acusa a III Internacional de controlar os partidos comunistas nacionais.

É através do *Workers Dreadnought* que Pankhurst irá expor suas ideias e divulgar a esquerda alemã, tal como a publicação de notícias do KAPD (Partido Operário Comunista da Alemanha, que surgiu em oposição ao KPD – Partido Comunista da Alemanha, que caiu no oportunismo depois da morte de Rosa Luxemburgo e se aliou, posteriormente, aos bolcheviques – e dizia não ser “um partido político propriamente dito”), textos de Gorter, tal como *Revolução Mundial e Tática Comunista*, artigos sobre a luta de classes no mundo e sobre a contra-revolução do capitalismo de Estado na Rússia. Nesse periódico também se divulgava as iniciativas para criar novas formas organizacionais, j] abandonando o nome partido, os “movimentos de trabalhadores comunistas” na Holanda, África do Sul, Rússia e Áustria. Um pouco depois, com o recuo do movimento operário mundial, o periódico passa a publicar cada vez mais estudos históricos e literários, sobre cartismo ou a obra de Ezra Pound e de E. Zola, *Germinal*, em série, bem como mostra a tendência de Pankhurst em se interessar pelo esperanto. Isso era intercalado com artigos anarquistas, sindicalistas e até a plataforma do partido não-partido do KAPD, redigida por Otto Rühle, um dos principais representantes da esquerda alemã e do comunismo de conselhos, manifesto pela organização dos trabalhadores desempregados e defesa da abolição revolucionária do salariado.

No mesmo período, um interesse crescente pelos Sovietes ocorre, embora ainda numa percepção limitada do mesmo, apesar da influência da esquerda alemã e da publicação de alguns textos do jovem Gramsci sobre os Conselhos de Fábrica em Turim (embora estes textos também não mostravam muitos esclarecimentos sobre os conselhos operários, os soviets). De certa forma, Pankhurst entendia os soviets como conselhos de fábrica e não como conselhos operários, sendo que os primeiros são a auto-organização dos trabalhadores em cada unidade de produção e o segundo em escala mais ampla articulando os primeiros e tendo base territorial.

Sylvia Pankhurst, em 1920, publica “*A Constituição dos Sovietes Britânicos*” (Pankhurst, 2010a) avança na compreensão dos conselhos

operários. Parte da dificuldade se deve à confusão entre soviets e os shop stewards, os comitês de lojas (oficinas), formado por delegados de lojas (oficinas) que se formaram na Inglaterra no final da década de 1910 (Murphy, 1974). Antes Pankhurst pensava em conselhos de mulheres donas de casa, justamente por não perceber a participação natural das mulheres nos conselhos enquanto trabalhadoras e enquanto moradoras e, portanto, estando ligadas às bases territoriais dos conselhos operários. Nesse texto, ela coloca a necessidade de outros conselhos além dos das fábricas, incluindo agregados familiares, instituições de saúde coletiva e educacionais, articulados num conjunto piramidal de conselhos, o que também deve ser entendido no contexto da crise e do aumento do desemprego.

31

A sua posição diante da Rússia vai se clareando cada vez mais. Em 1921, publica *A Rússia como eu a vi* e depois outros textos. Em *Capitalismo ou Comunismo na Rússia?* (Pankhurst, 2010b), ela caminha para uma crítica mais profunda da sociedade russa. Ela irá identificar na Nova Política Econômica (NEP) uma retomada do capitalismo, questionando os defensores desta que justificam a necessidade de intensificar o capitalismo para criar as condições do comunismo, esperando conter nos limites razoáveis “os dentes e as garras do capitalismo”. Segundo Pankhurst: “entretanto, apesar da NEP e dos advogados da capitalização de Estado e da trustificação, o impulso para o Comunismo livre e completo não está ausente na Rússia, como fica evidente pela existência do Grupo Operário e outros grupos de esquerda” (Pankhurst, 2010b). Isto demonstra que Pankhurst acompanhava a oposição na Rússia e conhecia o Grupo Operário, de Miasnikov e outras dissidências (Viana, 2007). Ela questiona a centralização ditatorial existente. Ela encerra o artigo afirmando que se “fingimos que o regime atual na Rússia é comunismo”, aquelas que observam que seus defeitos nos dirão naturalmente que nosso ideal é muito defeituoso (Pankhurst, 2010b)

Nas páginas do *Workers Dreadnought* a posição diante da Rússia apontam para um retorno do capitalismo. Já em julho de 1923, Pankhurst afirma que o termo “ditadura do proletariado” foi usado para justificar uma

ditadura de um pequeno clique de oficiais do partido sobre os seus demais membros e sobre o povo (apud. Shipway, 2010). Assim, tal como Guy Aldred, outro esquerdista inglês, o caráter capitalista e ditatorial do regime russo fica cada vez mais perceptível para Sylvia Pankhurst. Em 1924, em resultado do recuo mundial do movimento operário, *Workers Dreadnought* é fechado e o Grupo Comunista de Trabalhadores também.

Pankhurst após isso recusou-se a realizar um contrato de casamento em sua união com o socialista italiano Silvio Corio, morando em *Woodford Green*, noroeste de Londres. Teve o filho Richard Pankhurst, mas recusou-se a casar, o que lhe valeu o rompimento definitivo com sua mãe, Emmeline Pankhurst.

Ela escreveu e acompanhou os acontecimentos sobre a Etiópia, para onde mudou com companheiro e filho e manteve militância contra o colonialismo. Lutou contra a ocupação fascista na região e manteve a luta pelos interesses das mulheres. Morreu neste país, em 1960, com 78 anos de idade e com funeral de Estado, sendo a única estrangeira enterrada na frente da catedral de Trinity, em sinal de gratidão de sua luta anticolonialista.

REFERÊNCIAS

GORTER, H. *Carta Aberta ao Camarada Lênin*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *O Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

LÊNIN, W. *A falência da II internacional*. São Paulo, Kairós, 1979.

_____. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo, Novo Tempo, 1971.

_____. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo, Global, 1989.

MURPHY, J. T. *El Movimiento de los Delegados de Taller Británicos (1918-1920)*. In: MANDEL, E. (org.). *Control Obrero, Consejos Obreros, Autogestion*. México, Ediciones Era, 1974.

PANKHURST, S. *A constitution for British soviets. Points for a communist programme*. Disponível em: <http://libcom.org/library/constitution-british-soviets-points-communist-programme-sylvia-pankhurst> Acessado em 06 de janeiro de 2010a.

_____. *Capitalism or communism for Russia?* Disponível em: <http://libcom.org/library/capitalism-or-communism-russia-sylvia-pankhurst> acessado em 06 de janeiro de 2010b.

_____. *Pensamento e Ação Comunistas na III Internacional*. In: *Os Comunistas de Conselhos e a III Internacional*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

PANNEKOEK, A. *Carta a Sylvia Pankhurst*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1922/mes/carta.htm> acessado em: 06 de janeiro de 2010.

SHIPWAY, M. *Anti-Parliamentary Communism: The Movement for Workers' Councils in Britain, 1917-1945*. Disponível em: <http://www.af-north.org/shipway/shipway%20index.htm> acessado em 06 de janeiro de 2010.

TROTSKY, L. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global, 1989.

VIANA, N. *A Esquerda Dissidente e a Revolução Russa*. In: MACIEL, D.; MAIA, C.; LEMO S, A. (orgs.). *A Revolução Russa: Processos, Personagens, Influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.

_____. *A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários*. Em Debate – Revista Digital - UFSC, Florianópolis, n. 4 , p. 42-58 , 2010. Disponível em: <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/430/487> acessado em: 06 de janeiro de 2010.

WOODS, A. *Marxismo Versus Feminismo. A Luta de Classes e a Emancipação da Mulher*. Disponível em: <http://www.marxist.com/marxismo-feminismo-emancipacao-mulher.htm> acessado em: 06 de janeiro de 2010.

A LUTA POR LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CHINA: uma análise crítica do engajamento estadunidense à luz do engodo Google x China

Pedro Lara de Arruda*

35

No início de 2010 a empresa californiana GOOGLE Inc., líder mundial em mecanismos de busca virtual e outros serviços digitais, anunciou que abriria mão do mercado Chinês, um dos maiores do mundo. A declaração, da qual a Companhia voltou atrás poucos dias depois, fora motivada por uma invasão de contas de e-mail da Google, supostamente pertencentes a ativistas pró-direitos humanos, críticos do governo chinês e, principalmente, simpatizantes dos manifestos levados a cabo por tibetanos. Esta violação teria ocorrido justamente por ocasião da visita do presidente estadunidense, Barack Obama, ao líder religioso tibetano e Nobel da Paz, Dalai Lama, que reivindica maior liberdade tibetana frente o jugo chinês. Na ocasião, a corporação estadunidense também admitiu que sua saída seria um ato contra a supressão dos direitos de liberdade na China, o que, no campo virtual, ficava evidente por um dos sistemas de controle e censura virtual dos mais avançados do mundo, chamado de 金盾工程– Great Firewall ou Golden Shield Project.

Imediatamente após as denúncias da Google o governo chinês declarou sem maiores explicações que não havia sido um ataque de estado ao sistema Google e que, no caso das restrições impostas pelo Great Firewall, se tratavam de leis chinesas com as quais a Google tinha concordado desde o início de sua atuação no país. Pois bem, presumivelmente, poderíamos concluir que o

*Mestrando em Relações Internacionais pela universidade indiana Jawaharlal Nehru University (JNU), pós-graduando (*latu sensu*) pela Indian Federation of United Nation Associations (IFUNA) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), Pedro é co-coordenador de estudos sobre Índia no Centro Argentino de Estudos Internacionales (CAEI), pesquisador-colaborador do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB), do Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília (NEASIA) e do Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA-USP).

próximo passo da Google seria, portanto, cumprir sua promessa e abandonar a China. Como se viu, não foi exatamente isso que aconteceu. Embora essa possibilidade ainda paire no ar, o fato é que a Google adotou um discurso bem mais ameno e, inclusive, tratou de recuperar as parcerias que se afastaram após o anúncio do fechamento de seu escritório em Pequim.

Ao contrário do que se lê nas românticas declarações emitidas pela Google desde então, o fato é que essa abrupta mudança de comportamento parece dever-se muito mais a interesses corporativos do que ao afeto da empresa pela liberdade de expressão. Aliás, basta lembrar que as absurdas restrições do governo chinês, que incluíam censura a buscas envolvendo as palavras *Tiananmen*, *Tibet*, *Falun Gong*, *Dictatorship*, e até mesmo *Playboy*, *Eroticism* e *Evil*, dentre outros tantos absurdos (INFORMATION IS BEAUTIFUL.NET, 2010), não impediram que a gigante californiana apertasse as mãos sujas de Hu Jintau.

36

Presumivelmente, um dos reais motivos que seguram a Google na China diz respeito às conseqüências imediatas de uma tal retirada para os interesses econômicos da corporação. Ainda que muitos analistas destaquem a diminuta parcela do mercado chinês que usa o Google como ferramenta de busca na internet, cerca de 35% (ALEXA, 2010a), o fato é que tal porcentagem pode representar ganhos absolutos muito maiores do que se imagina, sobretudo quando se trata da maior população do planeta, cujos meros 27,1% que tem acesso à internet já representam um total de 360 milhões de internautas, ou seja, 60 milhões a mais do que a estimativa do total de habitantes estadunidenses em 2010. Por isso, a reduzida atuação relativa do Google neste país, que alcança apenas 35% da população de internautas (MAX, 2010), sendo o Google apenas o 3º site mais visitado do país (ALEXA, 2010a), esconde na verdade um mercado de 90 milhões de usuários, o que é, por exemplo, maior do que os 66,3 milhões de usuários do Brasil (IBOPE, 2010), país com a 9ª maior população de internautas do mundo (AKAMAI, 2010).

Ademais, um fechamento do escritório chinês seria subtrair-se a chance de abocanhar parcelas muito maiores desse mercado, tanto pela competição

direta com o Baidu, maior ferramenta de busca na China, quanto pela natural expansão da população de internautas chineses, o que acontece num ritmo acelerado em que 96% das cidades e vilarejos já possuem sinal de internet.

Analistas estimam que os ganhos trimestrais da Google na China são da ordem de US\$ 150 milhões, ou seja, cerca de 2,5% do faturamento anual total da companhia (ESTADÃO, 2010; MENDES, 2010). Contudo, há que se ponderar que a empresa não divulga balancetes, portanto, esses dados são meras estimativas de analistas e pessoal ligado à empresa. De qualquer forma, esses 2,5% do montante global da Google que se devem à atuação na China não devem ser menosprezados. Trata-se, por exemplo, de um arrecadamento maior do que o observado no Brasil, país que, a exemplo da maioria dos Estados Intermediários, já se apresenta um mercado consumidor de internautas quase que saturado, onde a Google já é a líder disparada de acessos (ALEXA, 2010b; 2010c).

37

Dessa forma, a permanência da Google deve ser compreendida pela ótica dos ganhos econômicos advindos dos acessos à ‘google.ch’, mas também em função do potencial de expansão desse sítio virtual junto ao mercado chinês que, por sua vez, também apresenta um vasto potencial de expansão. A esse respeito, há que se considerar ainda o potencial de expansão dos serviços associados ao site ‘google.ch’, como, por exemplo, os acessos às versões do Google de outros países, como o ‘google.com’ (versão estadunidense do buscador, mas cujo uso é global), que, a propósito, ocupa o 6º lugar entre os sites mais visitados na China. Da mesma forma, poderíamos apontar a quantidade de produtos, como contas de email, sites de relacionamento e bate-papo, tradutores e uma vasta gama de outros serviços que perderiam o direito de serem oferecidos na rede chinesa caso a Google fechasse seu escritório em Pequim. Assim, não há como precisar o montante total do faturamento da Google que se deve à oferta de seus serviços na China, contudo, não há dúvida que essa quantia é bem maior do que os ganhos advindos meramente da ‘google.ch’.

Ademais o setor de Pesquisa e Tecnologia da Google está fortemente alicerçado em Beijing, onde cerca de 600 funcionários se divide entre escritórios de Advertisment Sellers, dois centros de pesquisa e desenvolvimento e uma vasta gama de engenheiros à frente de novos projetos da companhia, como a plataforma Android para celulares. Desta forma, uma saída da China demandaria a realocação do parque de Pesquisa e Desenvolvimento, causando atrasos e retrocessos em muitos projetos, bem como constringendo o departamento de Recursos Humanos com o inconveniente de demissões massivas (LEE, 2010). Em médio prazo, analistas apontam que o rombo para o setor de Pesquisa e Desenvolvimento só não seria maior que para o setor de Recursos Humanos, o qual estaria proibido de contratar mão-de-obra chinesa se a empresa não atuasse mais no país. Uma tal impossibilidade iria radicalmente na contramão das tendências de contratação transnacional, podendo vir a prejudicar o desempenho da empresa. Recentemente a pesquisa “Working Beyond Borders” (2010), desenvolvida a pedido da IBM, mostrou que China e Índia detêm as maiores intenções de recrutamento até 2013, sendo que a China sozinha responde por um total de 40% destas intenções (WORKING BEYOND BORDERS, 2010). Ficar fora deste mercado implicaria à Google perder a possibilidade de acesso a uma mão de obra que, ao que tudo indica, será amplamente utilizada por outras transnacionais, incluindo concorrentes diretas, como a AOL, Yahoo e outras. Dessa forma, o não acesso a uma potencial mão de obra Chinesa poderia gerar o que se chama de “potencial desvantagem relativa”.

Um outro motivo razoável para se compreender a mudança de atitude da Google refere-se ao fato de que, aparentemente, ela tinha meios de promover críticas à política chinesa sem se desgastar de forma direta. Numa coincidência pelo menos estranha, o tom das reivindicações e acusações da Google foi ficando cada vez mais amenas à medida que o governo estadunidense fez desse incidente um verdadeiro problema de estado, que chegou a ser energicamente reivindicado pela Secretária de Estado, Hilary Clinton (BBC, 2010). Seria natural esperarmos o engajamento desse país na

defesa da liberdade de expressão e direitos humanos, exceto pelo fato de que essas são questões cujo valor só é levado em conta pela Casa Branca quando mascaram interesses mais egoístas, como no caso da Guerra Contra o Terror e a expansão da democracia, que instrumentalizaram interesses econômicos e políticos de Washington ao redor do globo. Assim, a ditadura de Hussein só se tornou uma ameaça quando os interesses estadunidense assim o quiseram, o Talibã só se configurou como terrorista após o ataque às torres gêmeas, dentre uma série de outros exemplo que poderíamos citar.

Nessa lógica, a pergunta natural seria; qual é, afinal, o interesse estadunidense em promover a liberdade de expressão na China agora? Sabemos que violações de privacidade semelhantes ocorrem há décadas, sabemos inclusive que atentados mais violentos à liberdade individual já foram cometidos pelo Partido Comunista Chinês, como no caso da prisão dos ciberativistas; Du Daobin, em 2004 e 2008 (ILASCU, 2008); Hu Jia, preso por manter redes sociais virtuais em favor dos Direitos Humanos, em 2008 (BBC, 2008); além do jornalista independente Huang Qi, preso em 2008 por relatar a destruição causada pelo terremoto que atingiu sua província nesta data (KENNEDY, 2008). Não é segredo também que contas de email são sistematicamente vigiadas pelo governo, motivo pelo qual as iniciativas de dissidência raramente conseguem se organizar sem serem desmanteladas. Por isso, é mais do que natural nos perguntarmos, porque a Casa Branca não se manifestou a esse respeito em outras ocasiões? Por que, afinal, os diversos Secretários e Secretárias de Estado nunca antes desferiram seus discursos contra a política de repressão chinesa?

Aparentemente, o surto atual de justiça nos discursos que ecoam de Washington é, na verdade, fruto de uma aliança tácita entre o Tio Sam e seus *Enfants Terribles*, as grandes corporações internacionais, neste caso, a Google Inc. Esta hipótese, que pode parecer presunçosa a princípio, na verdade é apenas mais um capítulo na história da diplomacia, ou guerra empresarial estadunidense. Sob uma leitura atenta dos fatos, a proteção do interesse de

suas empresas no exterior parece ser a grande fonte de inspiração para o engajamento internacional estadunidense.

Podemos pensar que foi no interesse de empresas agrícolas como a Down Chemical Company, Shell Chemical, AMVAC Chemical, Dole Fruit Company e United Fruit Company que se promoveu a desestabilização da Nicarágua, nas décadas de 70 e 80, além de outros casos semelhantes em que a ordem social latino-americana foi destruída em favor de “repúblicas das bananas” que servissem aos interesses da Revolução Verde (CHOMSKY, 2004).

Não há como não notar os benefícios que a Guerra do Iraque gerou para uma gama de empresas estadunidenses como: a construtora Haliburton, a Veritas capital Fund/ Dyn Corp, a Washington Group International, a Environmental Chemical, a Aegis, a International American Products, a Erinys, a ‘A Fluor’, a Perini Corporation, a URS Corporation, a Parsons, a First kuwaiti General Trading and Contracting, a Armor Holdings, a L3 Communication, a AM General, a Cummins, Merchant Bridge, a Global Risk Strategies, a Control Risks, a Caci, a ‘A Bechtel’, a Custer Battles, a General Dynamics, dentre outras (BUSINESSPUNDIT.COM, 2008).

40

Dessa forma, não haveria porque nos chocarmos diante duma tal analogia entre esses exemplos e o atual caso chinês, exceto, é claro, pelo fato de que o atual impasse com a China se deve ao interesse de apenas uma empresa sendo contemplada pela política externa de Washington e, portanto, fica um pouco mais difícil para a maior agência publicitária do mundo – a Casa Branca –, disfarçar o *lobbismo* que move sua política externa. Afinal, é mais simples invocar o ‘interesse nacional’ ou os ‘valores democr[át]icos’ quando se governa em favor de uma massa amorfa de corporações e conglomerados empresariais, pois, nesse caso, a estética irreconhecível dos atores em questão pode ser manipulada para passar-se por outra coletividade de formato pouco claro, o povo.

Com isso, não propomos simplesmente aceitar as violações que ocorrem na China, contudo, destacamos que a situação exige soluções mais inteligentes do que simplesmente aceitarmos a imposição de uma estabilidade

hegemônica (KEOHANE, 2005), o que por si só atenta contra os tão mal-utilizados valores da justiça, da liberdade e dos direitos humanos, sobretudo quando notamos que há uma forte veia empresarial por trás das políticas de estado de Washington. Dessa forma, acatar o palavrório humanitário de Hilary Clinton não é, de forma alguma, um posicionamento em favor dos direitos civis chineses, os quais estariam sendo cruelmente lesados caso tivessem de ser estabelecidos com base numa diplomacia decidida nos escritórios da Google Inc. Não é razoável aceitarmos uma vez mais que os parâmetros de justiça e liberdade sejam fruto do pensamento bipolar de Washington e dos interesses escusos de corporações transnacionais desse país. As ditaduras militares latino-americanas, o talibã e líderes como Saddam Hussein foram todos produtos dessa exportação de democracia de baixa qualidade, imposta pela Casa Branca e fabricada por empresas internacionais. Portanto, não aceitemos uma versão USA de liberdade de expressão para a China, não desperdicemos nossa solidariedade e esperança na ação auto-interessado dos EUA sobre a matéria. Melhor seria reverberar os gritos das verdadeiras dissidências chinesas, como o movimento encabeçado desde 2006 pelo ciberativista Chen Yongmiao (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2006), ou a tentativa de inserção de projetos globais de mídia independente como o Indymedia, do que simplesmente repetir o jogral alienante da Casa Branca e da Google. Quem sabe assim o estabelecimento da liberdade de expressão na China alcance um escopo mais amplo e positivo do que o simples respeito aos interesses de uma dada empresa.

REFERÊNCIAS

AKAMAI. *The state of the internet*. Disponível em: [<http://www.akamai.com/stateoftheinternet/>]. Acesso em: 18/03/2010.

ALEXA. (2010a). *Top sites in China*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/countries/CN>]. Acesso em: 21/03/2010.

ALEXA. (2010b). *Top sites in Brazil*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>]. Acesso em: 21/03/2010.

ALEXA. (2010c). *Top sites in Brazil*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/global>]. Acesso em: 21/03/2010.

BBC. *China activist formally arrest*. Disponível em: [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7221491.stm>]. Acessado em: 20/03/2010.

BBC. *Hillary Clinton calls on China to probe Google attack*. Disponível em: [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8472683.stm>]. Acesso em: 19/03/2010.

42

BUSINESSPUNDIT.COM. (2008). *The 25 Most Vicious Iraq War Profiteers*. Disponível em: [<http://www.businesspundit.com/the-25-most-vicious-iraq-war-profiteers/>]. Acessado em: 19/03/2010.

COMSKY, N. *War crimes and imperial fantasies*. Disponível em: [<http://www.chomsky.info/interviews/200408-.htm>]. Acesso em: 18/03/2010.

ESTADÃO. *Ameaçado, Google negocia permanência na China*. Disponível em: [<http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia+link,ameacado-google-negocia-permanencia-na-china,3350,0.shtm>]. Acessado em 18/03/2010.

KENNEDY, J. *China: Bloggers take stand against web activist's arrest*. Disponível em: [<http://globalvoicesonline.org/2008/07/20/china-bloggers-take-stand-against-web-activists-arrest/>]. Acesso em: 19/03/2010.

IBOPE. *Acesso à internet chegou a 66,3 milhões de pessoas em dezembro de 2009*. Disponível em: [<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortallBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Noticias&docid=AA70188ED2F6E8F1832576C70045A089>]. Acesso: 18/03/2010.

ILASCU, D. *Chionese internet activist, arrested*. Disponível em: [<http://news.softpedia.com/news/Chinese-Internet-Activist-Arrested-90620.shtml>]. Acessado em: 20/03/2010.

INFORMATION IS BEAUTIFUL.NET. *What does China censor online?* Disponível em: [<http://www.informationisbeautiful.net/2010/what-does-china-censor-online/>]. Acesso em: 22/03/2010.

KEOHANE, R. (2005). *After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy*. 2. ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 290.

LEE, M Q + A *What's next for Google's China Workers?*. In. Reuters. Disponível em: [<http://www.reuters.com/article/2010/03/23/us-google-china-employees-qa-idUSTRE62M14M20100323>]. Acesso em: 07/05/2011.

MAX, W. *O Caso Google na China*. Disponível em: [<http://googlediscovery.com/2010/03/20/o-caso-google-na-china/>]. Acesso em: 20/02/2010.

MENDES, R. *A Google deveria deixar a China?* Disponível em: [<http://googlediscovery.com/2010/03/21/a-google-deveria-deixar-a-china/>]. Acesso em: 18/03/2010.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *China: Campanha pelo fim das restrições online*. Disponível em: [<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=379MON014>]. Acesso em: 20/03/2010.

WORKING BEYOND BORDERS. *Insights from the Global Chief Human Resource Officer Studies: Executive Summary*. New York, 2010. Disponível em: [<ftp://public.dhe.ibm.com/common/ssi/ecm/en/gbe03363usen/GBE03363USEN.PDF>]. Acesso em: 08/05/2011.

AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL NA AMÉRICA CENTRAL (1960-1990)

Roger dos Anjos de Sá*

A história política, econômica e social de El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Honduras é demarcada por momentos nos quais se constata permanências, inconstâncias e rupturas. As condições sociais são marcadas por guerras, revoluções, migrações, concentração de renda, pobreza e violência.

A volatilidade social, política e econômica é uma constante nos países centro-americanos. A instabilidade se deve a fatores históricos específicos: coloniais, nacionais, internacionais e mundiais, pois a dependência econômica e política dos países da região se mantêm constante em toda sua história. Essa relação de periferia do mundo industrializado, fez da América Central, e de toda a América Latina, uma zona de influência e interferência ininterrupta de nações europeias e dos Estados Unidos⁴.

Os projetos econômicos desses países são caracterizados pelas transformações produtivas que neles ocorreram ao longo do tempo: de uma economia agrário-exportadora, passam paulatinamente, ainda que de modo tímido, para uma matriz produtiva centrada na produção industrial, onde alguns países sobressaem em relação a outros. Além disso, desde os anos 80 a região tem sido palco da instalação de indústrias *maquiladoras*, isto é, pontas ou partes de corporações-redes, que subdivide o processo de produção e

*Graduado em História e especializando em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás.

⁴As multinacionais da agricultura consolidaram seu poderio econômico e político na América Central desde o final do século XIX. A *Boston Fruit Company* fora fundada em 1885, mas seus donos, desde 1873 já exportavam bananas para os Estados Unidos. Em 1898 fora fundada o maior império privado que foi decisivo na história da América Central: a *United Fruit Company*. Mas seu dono já estava envolvido em negócios na região desde 1871 (VERGARA, s/d).

comercialização, cujo intuito é desonerar a produção, e por implicação aumentar a capacidade de reprodução do capital. Além disso, o setor de serviços, especialmente aqueles com ligações ao turismo tem tido crescente relevância na economia de alguns desses países.

No campo político, esses países foram palco de ditaduras militares do tipo patrimonialista, que de modo contínuo conduziram a agenda política, normalmente concatenada ao interesse norte-americano. E também de revoluções de base que tomaram o poder, como no caso da Nicarágua. Contudo, num jogo de interesses internacionais e recomposição da classe dominante local o poder foi perdido em uma década. Ademais, essas lutas impulsionaram transformações na região: contribuíram, inclusive, para a derrocada das ditaduras militares e a implementação da democracia na região.

Segundo Robinson (1997), a história do processo de consolidação do capitalismo, conjugado com a história política da América Central corresponde a três fases. A primeira corresponde ao período entre os anos 30 da década de 1970, entendendo que a partir da Segunda Guerra ela ganha novo impulso. Essa fase é o período de consolidação do projeto econômico concatenado ao capitalismo, sobretudo, norte-americano. Neste momento as oligarquias empreenderam o desenvolvimento mediante a atuação do Estado como gerenciador e promotor do capitalismo mundial. Nesse contexto, as ditaduras militares atuam de modo autoritário como guardiãs do capitalismo estrangeiro, reprimindo qualquer movimento contrário. Para ele, nesse período,

Las oligarquias terratenientes y los grupos dominantes vinculados al modelo agroexportador tradicional, trataron de sostener y reproducir el viejo modelo de acumulación del capital y la particular serie de privilegios sociales y relaciones de dominación basados em sistemas políticos autoritarios. La dominación oligarquía fue la expresión orgánica de la estructura socioeconómica como tal (ROBINSON, 1997, p. 42).

O segundo período compreende as décadas de 1970 e 1980. É marcado pelos processos de rupturas sociais. É o período áureo dos movimentos

revolucionários e guerrilheiros que surgem como forças de subversão da ordem estabelecida. São movimentos de respostas às oligarquias militares e ao capital nacional e estrangeiro que dominam a economia. São as massas reprimidas, compostas de camponeses, moradores urbanos oriundos do campo e de diversas organizações de esquerdas cidadinas. Nesse período, de acordo com Ramos (2003),

En las zonas rurales, la resistencia fue desarrollada por la organización de un vigoroso y cada vez más politizado movimiento campesino. En aquella época, las demandas de reforma agraria, acompañadas de tomas de tierras, fueron frecuentes en todos los países de la región. No fue casual que al final de la década del sesenta aparecieran movimientos guerrilleros que tenían diversos grados de inserción rural en Guatemala, El Salvador, Honduras y Nicaragua. En sus plataformas de reivindicaciones, el acceso a la tierra para el campesinado y la reforma agraria eran objetivos centrales. (p.36)

46

Nas áreas urbanas, houve uma crescente politização da população, que se revelou de modo radical em diversos momentos. O movimento cristão progressista, inspirado na Teologia da Libertação, os movimentos estudantis de esquerda, os de orientação marxista radical, são movimentos de contestação da ordem estabelecida. Nesse contexto, surgiram os movimentos guerrilheiros que impuseram um terror difuso às oligarquias dominantes. As lutas armadas varreram os países centro-americanos nessas duas décadas. O processo de instabilidade social, política e econômica se acelerou ainda mais na região durante o período. Pois, por um lado se tem as massas populares reivindicando uma distribuição das riquezas, portanto, o escamoteio das classes dominantes, por outro, as oligarquias agem em sentido contrário, buscando a manutenção do *status quo* mediante dura repressão.

Entretanto, o jogo de contradições entre classes opostas, logo de interesses antagônicos, produziu uma ruptura nos modos de organização social, de modo que, ainda que, a vida política, social e econômica seja supervisionada pelas classes dominantes, não foi possível uma restauração autóctone. Segundo Robinson (1997, p. 43),

A medida que se acercaba el “otoño de los patriarcas”, los sectores populares y los movimientos de masa revolucionarios buscaron un reformismo radical, como la redistribución masiva de tierras y alternativas de orientación revolucionaria y socialista de gran alcance para la región, que hubieran socavado profundamente la estructura de clase, alterado las relaciones de dominación, y redistribuido el poder y los recursos a favor de las mayorías populares.

Essa batalha, aparentemente de ordem bipolar, entre as velhas oligarquias e as forças revolucionárias, em que nenhuma nem outra saem vitoriosa, no conjunto total de seus projetos, fez surgir uma terceira força: uma nova direita que se configura, desde então, como a condutora da terceira fase. Na verdade, ela é a velha oligarquia travestida, transmutada. Ela mudou para se re-configurar, se adaptar a nova realidade nacional, que a partir dos anos 80 já não tinha dinâmica própria, mas já era impulsionada, como nunca, pela conjuntura mundial. Portanto, o projeto dessa nova elite consiste em conduzir a agenda social, política e econômica nacional concatenada a agenda transnacional, mundial, global.

Sin embargo, las perspectivas de la nueva derecha para la acumulación de más riqueza y privilegios, estaban menos ligadas a la restauración de las agroexportaciones e industrias tradicionales existentes en las relaciones sociales anteriores a 1980, puesto que estaban convirtiendo la región en una nueva plataforma para las exportaciones. Su objetivo era someter las atrasadas relaciones de propiedad oligárquicas a una modernización capitalista, a través de un programa de reestructuración neoliberal y a una nueva inserción “competitiva” en la economía global. El proyecto de la nueva derecha trato de modernizar el estado y la sociedad sin ninguna desconcentración fundamental de la propiedad y la riqueza, y sin ninguna redistribución del poder políticos y económico entre la las clases.[...] El objetivo inmediato era adelantarse a los movimientos a fovor de una democratización popular de mayor alcance, implementando una reforma poliárquica inmediata, reemplazando, por ejemplo, a los militares por personal civil, y convocando a “elecciones demostrativas” (ROBINSON, 1997, p. 43).

Mesmo onde a esquerda revolucionária conseguiu escamotear a elite dominante, como na Nicarágua (1979), ela não teve fôlego suficiente para implementar seu projeto de modo completo. A intervenção norte-americana

em favor da elite, a debilidade do próprio projeto ante o novo contexto global e a reconfiguração da elite local, como já dito, impediram que tivesse êxito o projeto revolucionário. Os processos revolucionários que marcaram a região no final dos anos 70 e durante a década de 1980, induziram, por meio da contra insurgência a reorganização da classe dominante, que reestruturou a política e a economia, ligando-as às conjunturas mundiais globalizadas.

É mediante esse prisma que deve ser vista a implementação da democracia na América Central. A democracia é um projeto norte-americano para a região, e funcionou – e funciona – para neutralizar, mediante a incorporação, a aglutinação das forças anti-sistêmicas. A idéia de uma coalizão mascara, portanto, a idéia de projetos radicalmente antagônicos, e impetra a noção de que a coalizão existe para a consolidação do bem comum, nacional, suprapartidário.

48

Foi um jogo que deu certo. O projeto da intervenção norte-americana, que possibilitou os acordos de paz, a formação de coalizões e a implantação da democracia, que mediante a incorporação, logo, a amenização dos conflitos ideológicos, possibilitaram que a elite permanecesse no poder por meio da nova direita. Essa nova direita conduziu a América Central à consolidação do projeto neoliberal de Estado.

Mesmo na Nicarágua, onde houve a derrubada, via revolução, da antiga oligarquia dominante, o poder econômico não se socializou e o poder político não permaneceu nas mãos das classes subalternas. Parte da elite, a modernizante, se aliou à Revolução para mais tarde se apoderar do Estado e lhe dar uma configuração subserviente a lógica do capitalismo estrangeiro, tecido pelo projeto neoliberal. Conforme Robinson (1997, pp. 45-46),

Estas fracciones capitalistas modernizantes – opuestas al saqueo sistemático del estado y al “capitalismo amiguista” – se unieron a los sandinistas en las alianzas de clase de los años 70. Tras la revolución permanecieron en Nicaragua, y durante el gobierno sandinista mantuvieron sus vínculos con el mercado capitalista internacional. En los 80 fueron adquiriendo fuerza estructural e importancia política dentro de Nicaragua, a medida que reemplazaban cada vez mas al estado como principales intermediários entre Nicaragua y los

mercados mundiales, y establecían vínculos con la élite transnacional en surgimiento, conducida por los Estados Unidos. Sirvieron como punto de acceso para la penetración transnacional norteamericana, contanto incluso con la capacidad estructural para imponer políticas al estado sandinista, como por ejemplo, subsidios al sector agrocomercial e industrial privado. Esto socavó a la clase que constituyó la base social de la revolución, y traslado el poder interno de esas clases hacia una élite en proceso de reconstitución. Para finales de los 80, la hegemonía sandinista el la sociedad civil había sufrido una severa erosión. Con la victoria electoral de Violeta Chamorro en 1990, una fracción transnacionalizada se apoderó de instituciones claves del estado nicaragüense, como son el Ejecutivo y los Ministerios de Finanzas, de Economía e Desarrollo, y le Relaciones Exteriores.

49

Se a consolidação dos programas desenvolvimentistas a partir dos anos 60, levados a cabo pelos governos militares, obedecia à lógica impetrada pela política norte-americana para o continente, sob a tutela da diplomacia total em que os programas de governo, com intuito da promoção econômica e social, são subservientes aos interesses do capitalismo norte-americano, onde o Estado se esforçava para dar forma e vigor, o processo de transição para a forma democrática de governo retira o Estado de centro da economia, portanto como promotor, e faz dele um fiscalizador. Contudo, a transição ocorre sob a tutela da diplomacia total e do capital transnacional. É um processo que atende aos interesses norte-americanos, concatenados aos interesses da elite local. A continuidade da supremacia se concretiza na apropriação econômica, na dominação política e na imposição cultural, que impera na América Central no tempo coevo.

A partir da década de 1980 e 1990, a crise do programa desenvolvimentista verificado na ausência de crescimento econômico e na instabilidade política, impulsionou a derrocada das ditaduras militares. Com a crise do modelo econômico, o programa neoliberal, se impôs como alternativa necessária, na visão de seus governos, para a adequação da América Central ao contexto do mundo globalizado. A agenda neoliberal, portanto, concatena esses países ao programa da mundialização. Neste sentido, as mudanças

econômico-políticas, que afetaram as relações sociais, engendram uma nova política econômica e social que se fez necessária para a adequação à lógica da mundialização.

A substituição da forma de governo militar para a democrática, se mostra, nesse contexto, como necessidade, portanto, para adequação ao ideal do Estado mínimo, logo, não centralizado, da perspectiva neoliberal.

O processo da substituição do militarismo autoritarismo para a forma de governo democrática não significa que haja um processo de democracia plena. Na verdade, o poder continua na mão de uma minoria dominante, que governa segundo interesses das classes detentoras do poder econômico. São frações sociais, ou de classes sociais, que subordinadas ao capital estrangeiro, concatenado ao capital local, detêm os mecanismos que concedem, ou que articulam, de modo preciso, os interesses do capitalismo global.

Con sus mecanismos para concesiones y acomodados entre élites y para la incorporación hegemónica de las mayorías populares, la poliarquía está mejor equipada en el nuevo entorno global para legitimar la autoridad política de los grupos dominantes y alcanzar la estabilidad política necesaria para que opere el capitalismo global (ROBINSON, 1997, p. 38).

50

As modificações conjunturais ocorridas a partir dos anos 1980 e, sobretudo, na década de 1990, possibilitaram a consolidação do projeto econômico neoliberal. As condições para a mobilidade e o livre funcionamento do capital se solidificaram mediante a estabilidade política e econômica exigida pelos organismos trans e supranacionais que financiaram esse projeto. Assim, os interesses locais se submeteram à lógica de estruturas de poder mundiais, que atuam juntamente com os interesses do grande capital.

As modificações no cenário mundial, sobretudo após os anos 90, com a implementação ou a consolidação dos projetos neoliberais, possibilitaram a concretização, em sentidos amplos, do projeto de mundialização do capitalismo para a região. A partir de então, a América Central adentrou ao cenário mundial ligada à globalização, num processo de interconexão incessante no campo político, econômico, social e cultural. As duas últimas

décadas do século XX se caracterizam pela consolidação da mundialização, no sentido neoliberal, dos países centro-americanos.

Se até os anos 80 a consolidação do capitalismo mundial havia se consolidado na América Central mediante a exploração dos produtos agrícolas tradicionais – café e banana principalmente –, de produtos não tradicionais, como açúcar, carne e algodão e através da industrialização por substituição de importados – os dois últimos processos ocorridos durante a segunda etapa da consolidação do capitalismo na região, como já demonstrado –, a partir da década de 1980 e dos anos 90, se consolida de fato o projeto neoliberal, transnacional, mundial nos países da região. Portanto, incursa, nesse período outro modelo econômico.

Desde os anos 60 e 70 diversas empresas norte-americanas haviam transferido a etapa da produção para o leste asiático, especialmente para Taiwan e Coréia do Sul, onde a mão-de-obra era abundante e barata. A construção dessas corporações-redes intensificou-se ainda mais nos anos 80 e 90. A reestruturação do processo de produção do capitalismo mundial confeccionou um novo tecido nos moldes de organização, administração, produção e comercialização das empresas capitalistas. Seguindo a tendência da descentralização, diversas empresas de produção de vestuário se instalaram na América Central, cujo capital era proveniente das intermediárias asiáticas das empresas norte-americanas.

As transformações sociais no campo, ocorridas com a nova configuração do capitalismo agrário-exportador nos anos 60, o que provocou grande êxodo rural, e os transtornos causados pelos conflitos armados nos anos 70 e 80 produziram uma abundante mão-de-obra urbana. Além da farta oferta de trabalhadores, a proximidade com os Estados Unidos, contribuiu para que diversas dessas corporações do ramo se instalassem na região.

Contudo, essas condições por si mesmas não explicam as mudanças no projeto estrutural da dinâmica do capitalismo. A massa de desocupados desses países era potencialmente revolucionária. A história já havia demonstrado isso na Nicarágua e em diversos outros países, com levantes

revolucionários desde a década de 60. Na iminência de uma revolução generalizada e com intuito de fortalecer sua hegemonia na região os Estados Unidos propuseram, em 1983/1984, planos⁵ de recuperação econômica que abarcava os países centro-americanos, com exceção da Nicarágua, que no momento sofria um embargo norte-americano. O plano permitia que os países que o compunha pudessem exportar para os Estados Unidos livres de impostos. Isso se transformou em um incentivo para que a região recebesse uma enorme soma de capital estrangeiro e com isso impulsionasse o crescimento econômico, podendo assim sufocar os movimentos revolucionários na região. *“El objetivo estratégico más coyuntural de la ICC – por parte de los formuladores de políticas en los Estados Unidos –, era la expectativa de que un desarrollo inducido por la ICC ayudaría a sufocar los movimientos revolucionarios”* (ROBINSON, 1997, p. 51).

52

O quadro a seguir apresenta dados relacionados { indústria ‘maquiladora’ ligada ao vestuário. Percebe-se que há um crescimento formidável após os planos de incentivos norte-americanos; a uma razão de quase 100% por biênio a partir dos 1985 nos quatro primeiros países.

Quadro 01

Participação da indústria ligada ao vestuário na economia da América Central
(Em milhões de dólares)

Países	1985	1987	1989	1991	1993
Costa Rica	62	92	172	254	377
Guatemala	06	20	42	117	218
El Salvador	06	13	20	44	103
Honduras	17	27	50	107	236
Nicarágua ⁶	-	-	-	3 (1992)	-

⁵ Ley para la Recuperación Económica de la Cuenca del Caribe (CBERA) e Iniciativa de la Cuenca del Caribe (ICC). (RAMOS, 2003, p.37)

⁶ Em 1991, no governo liberal de Violeta Chamorro, foi criada uma zona de livre comércio nos arredores de Manágua, Nicarágua, onde foram instaladas 18 empresas *maquiladora* do ramo de vestuário, cujo capital era proveniente de Taiwan, Coréia do Sul e Estados Unidos com objetivo de exportar produtos relacionados ao vestuário ao mercado norte-americano (ROBINSON, 1997). Ante a crise acentuada nos últimos anos de governo dos sandinistas, o governo de Chamorro (1990-1997), concatenou o país a economia global. O seu governo se *“trataba de sentar las bases para un desarrollo sostenido de la economía, haciendo los ajustes*

Percebe-se que os incentivos financeiros dos Estados Unidos para região permitiram que o capital estrangeiro tivesse livre acesso aos países centro-americanos, possibilitando assim que a região adentrasse de vez no mundo da globalização. Para tornar isso possível, os movimentos revolucionários deveriam ser combatidos, e, para isso já não mais servia a continuidade da velha oligarquia no poder, cujo projeto era de um estado desenvolvimentista, conduzido via governos militares autoritários. A substituição da forma de governo militar para a *poliarquia*⁷, visava adequar politicamente a região para a implementação da perspectiva neoliberal de Estado.

A instalação de indústrias maquiladoras está ligada, portanto, ao projeto de transformação do Estado em um propiciador do livre trânsito do capital internacional, que objetiva se reproduzir com a maior capacidade possível. A América Central é lugar estratégico para isso: mão-de-obra barata⁸ abundante, proximidade geográfica com o mercado importador (os Estados Unidos) e um Estado que sempre se configurou subserviente aos interesses políticos e econômicos norte-americanos. A instalação das ‘maquiladoras’ na América

estructurales requeridos para su modernización y competitividad externa.” (CUADRA & RENZI, 1996, p. 52)

⁷ Segundo Robinson (1997) a “*poliarquia se refiere a um sistema en el cual un pequeño grupo es el que de hecho gobierna, y la participación en la toma de decisiones por parte de la mayoría se limita a elegir entre las elites en competencia, en procesos electorales férreamente controlados. En este tipo de ‘democracia de baja intensidad’ no hay poder (cratos) del pueblo (demos), ni mucho menos el fin de la dominación de clases o de la sustantiva desigualdad que crece de manera exponencial en la economía global. Bajo las disposiciones políticas de la poliarquia, el control social y la dominación son hegemónicos – en el sentido gramsciano –, más que coercitivos, como ocurre en un sistema autoritario. Los sistemas autoritarios tienden a desaparecer a medida que las presiones globalizantes dismantelan las formas de autoridad política que estaban arraigadas, dislocan comunidades y patrones sociales tradicionales y alientan a las masas a exigir la democratización de la vida social. Las masas presionan por una democratización popular más profunda, mientras que las élites – respaldadas por el poder estructural del capital transnacional y por la excesiva influencia política e ideológica que este brinda –, propugna la transición controlada del autoritarismo a la poliarquia.*” (pp. 37-38)

⁸ Em El Salvador, por exemplo, as maquiladoras empregam, sobretudo, mulheres jovens. Segundo Poveda (2009), essas mulheres “constituem uma mão-de-obra barata, maleável e facilmente substituível, que recebe US\$ 7 por dia como pagamento, dos quais gastam US\$ 2 em transporte e US\$ 1 em alimentação. (p. 24)

Central é a consolidação da transnacionalização do capital. Portanto, a inserção da região na economia globalizada.

Esse processo, o de transformação da organização econômica da região, de um projeto desenvolvimentista, ligado ao capital agrário-exportador para uma economia mundializada se evidencia também no turismo. Essa atividade teve grande impulso na região a partir dos anos 80 e ganhou novo fôlego nos anos 90 com a pacificação da região. Tudo isso evidencia a orientação da economia para o mercado externo, pois o turismo concatena ainda mais a região para a dinâmica da economia global.

Os saltos nos números representados pela atividade ligada ao turismo realçam a orientação externa da economia centro-americana, fortalecendo assim o setor de serviços que estão ligados intimamente ao capital estrangeiro. Dito de outra maneira, a orientação à vocação turística da região é fruto da concatenação da região a economia mundializada, impetrada e possibilitada pelo projeto neoliberal.

54

Quadro 02

Participação do turismo na economia da América Central (em milhões de dólares)

Países	1970	1980	1992	1993	1994	1995
Costa Rica	22	87	437	577	626	661
El Salvador	09	07	49	41	29	39
Guatemala	12	183	243	228	258	310
Honduras	04	27	32	60	72	80
Nicarágua	13	22	21	30	40	50

Fonte: Ecocentral apud ROBINSON, 1997, p. 54.

As transformações ocorridas a partir dos anos 80 impulsionaram a América Central para uma inserção da região com uma economia mais diversificada, mas que atendia aos interesses internacionais. Os organismos transnacionais, como o FMI, e o USAID financiaram diversos investimentos estrangeiros para os países da região, cujo intuito era a promoção de programas neoliberais que concatenasse as economias locais ao capital

transnacional. Assim, essas agências servem como guias ou supervisoras da implantação dos programas neoliberais.

A reorganização dos modos produtivos, bem como a reestruturação da política econômica, são mecanismos de consolidação do modelo neoliberal. Neste sentido, os ajustes estruturais ocorridos a partir da década de 1990 visam à estabilização da economia, que se configura como requisito básico para que o capital mundial se reproduza com segurança. A adequação das políticas fiscais, cambiais e monetárias, assim como os ajustes industriais e comerciais, gerenciados pela OMC, FMI e USAID, tem por objetivo amputar as forças que tentam barrar a mobilidade ou a circulação irrestrita do capital globalizado. Segundo Robinson (1997, p. 37),

Tras el modelo neoliberal, la estabilización o el paquete de medidas fiscales, monetarias, de intercambio y otras relacionadas que perseguen la estabilidad macroeconómica, sigue el “ajuste estructural”: a) liberalización del comercio y las finanzas, lo que abre la economía al mercado mundial; b) la desregulación, que aparta al estado de las decisiones económicas; c) privatización de lo que anteriormente eran esferas públicas, ya que – de mantenerse los criterios del interés público sobre el lucro privado –, podrían obstaculizar la acumulación del capital.

55

Deste modo, a economia nacional se realoca, se reorganiza em razão e em função da economia global. Neste sentido, a economia nacional se subordina à economia mundial, de modo que esta dita o ritmo daquela. As formas de organização da produção, da comercialização, do emprego se adequam aos interesses dos ditames da economia global.

Houve, portanto, desde então, uma reorganização da economia, possibilitada pela reorganização da política, que opera junto aos organismos mundiais.

Mesmo que o setor agrário-exportador tradicional ainda predomine, ele tem perdido a importância frente a inserção de novos produtos agrícolas na pauta de exportação e as empresas ‘maquiadoras’ do ramo de vestuário, cujo capital é estrangeiro. Em 1993, esses dois últimos ramos representaram 53,7% dos valores das exportações da Costa Rica, 61,3% de El Salvador, 57,7% da

Guatemala. Em 1995, eles representaram 37,8% das exportações de Honduras e 43,5% das nicaragüenses (ROBINSON, 1997, p. 52).

O quadro a seguir apresenta a porcentagem da participação da mão-de-obra da população por ramo de atividade na América Central. Há desde a década de 1960 uma decrescente participação do ramo da agricultura nesse processo. Diversos são os fatores destas mudanças: a mecanização do campo, a instalação de indústria de substituição de importação e das 'maquiladoras' e o aumento do terceiro setor, especialmente os serviços ligados ao turismo e ao ramo financeiro, ligado, especialmente, a atividade comercial de importação e de exportação.

Quadro 03

Participação da mão-de-obra em porcentagem na América Central

COSTA RICA	1960	1970	1980	1990
Agricultura	52	42	31	26
Indústria	18	20	23	26
Serviços	30	38	46	48
EL SALVADOR				
Agricultura	62	56	43	N/A
Indústria	17	14	19	
Serviços	21	30	38	
GUATEMALA				
Agricultura	67	62	57	49
Indústria	13	17	17	19
Serviços	20	21	26	32
HONDURAS				
Agricultura	70	65	60	N/A
Indústria	10	14	16	
Serviços	20	21	24	
NICARAGUA				
Agricultura	62	51	46	

Indústria	16	16	16	N/A
Serviços	22	33	38	

Fonte: CEPAL, 1994 apud ROBINSON, 1997, p. 54.

A reestruturação do setor produtivo agrário-exportador, a implantação de um processo de industrialização de substituição de exportação e a inserção dos países ao mundo globalizado, impelidos pelo neoliberalismo, fez crescer o setor de serviços dinamizando a economia e conectando, de modo mais pujante, esses países a mundialização.

Esta é a idéia: Se o modelo desenvolvimentista compreendia um projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado nacional, mediante a industrialização de substituição de importação, do incentivo a agro exportação e pela busca da expansão do mercado doméstico, por meio de projetos políticos nacionais autoritários e populistas, conduzidos pela burguesia nacional aliada do poder político oligárquico, o modelo neoliberal rompe com isso. No neoliberalismo, o projeto nacional é substituído pelo transnacional, ou mundial, que empreende uma dinâmica de exportação que articula outras pautas de produção, comercialização e serviços, todos vinculados aos interesses da economia global. Ainda que a burguesia nacional tenha proeminência ela não dita as regras do jogo; ela está subordinada à burguesia mundial, que articula, dita e conduz as regras do jogo.

REFERÊNCIAS

CUADRA, O. N.; RENZI, M. R. La herencia económica de la administración Barrios de Chamorro. In: *Revista Pensamiento Próprio*, Managua, Nicaragua, v. 02, ano 01, pp. 51-71, set/dec. 1996. Disponível em: <www.cries.org>. Acessado em: 25/11/2009.

POVEDA, C.. A vida loca. In: *Le Monde diplomatique*. Ano 2, nº 22, maio 2009. Pp. 24-27

RAMOS, A. C. Apuntes sobre las tendencias migratorias en América Central en la segunda mitad del siglo XX. In. *Revista Reflexiones* 82 (2): 31-45, 2003. Disponível em: <http://reflexiones.fcs.ucr.ac.cr/documentos/82_2/apuntes.pdf>. Acessado em: 10/10/2009.

ROBINSON, W. I. Maldesarrollo en América Central: un estudio sobre globalización y cambio social. In: *Revista Pensamiento Próprio*, v. 05, ano 02, pp. 33-65, set/dec. 1997. Disponível em: <www.cries.org> Acessado em: 25/11/2009.

VERGARA, A. M. F. A trajetória da United Fruit Company na Costa Rica. In. *Revista eletrônica da Anplac*. nº 7, s/d. Disponível em: <<http://www.anplac.org/periodicos/revista7/5>> . Acessado em: 15/11/2009.

A DISCRIMINAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA GLOBALIZADA

Vanessa Alexandre de Souza⁹

Neste ensaio faço algumas colocações sobre o texto de Ricardo Nóbrega, ““Baianos” e “paraíbas”: notas sobre a discriminação contra migrantes nordestinos”. Pretendo neste ensaio relacionar os aspectos apresentados por Nóbrega com outros autores que tratam do tema da exclusão, preconceitos, globalização e identidade cultural. Utilizarei conceitos de Canclini e Stuart Hall.

O texto relata o preconceito que existe no Rio de Janeiro e São Paulo (região sudeste) contra migrantes nordestinos. Todos os nordestinos, independente dos seus Estados de origem são chamados de “paraíbas” no Rio de Janeiro e “baianos” em São Paulo. Não é respeitada a diversidade cultural dos vários estados nordestinos. Segundo o autor essa discriminação é negligenciada pelos pesquisadores. Os termos discriminação e preconceito não devem se confundir, apesar de que a discriminação tem muitas vezes sua origem no simples preconceito. O preconceito não pode ser tomado como sinónimo de discriminação, pois esta é fruto daquele, ou seja, a discriminação pode ser provocada e motivada por preconceito.

Com o preconceito os habitantes da região sudeste constroem estereótipos em torno dos migrantes nordestinos. Eles são considerados atrasados, sem capacidade intelectual e são relacionados com ocupações de baixo prestígio social. Esse preconceito está presente também nos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, etc.). Dessa forma o preconceito acaba sendo disseminado e naturalizado.

O estereótipo é compartilhado pela população, até mesmo pelos próprios discriminados. Segundo esse estereótipo os nordestinos são “feios”,

⁹ Estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás. E-mail: vanessa.csociais@gmail.com

“sujos”, de “mau-gosto”, “preguiçosos” e responsáveis pelo aumento dos problemas sociais (criminalidade, desemprego, etc.) nas cidades para onde imigram. Os nordestinos de classes sociais mais elevadas são considerados uma elite de segunda classe porque possuem os mesmos valores culturais dos migrantes típicos.

Segundo o autor, “O preconceito contra migrantes nordestinos é manifesto sob três dimensões essenciais: racial, de classe e cultura” (NÓBREGA, 2007, p. 6). A dimensão racial é baseada na antiga concepção de raça e nas teorias raciais das primeiras décadas do século XX. Essas teorias não têm mais credibilidade na atualidade, mas foram naturalizadas pelo senso comum, construindo preconceitos. As teorias raciais condenavam a miscigenação que levaria a uma degeneração racial e explicavam as diferenças entre os indivíduos pelas características físicas. A categoria raça não é comprovada geneticamente, mas existe como categoria discursiva e é freqüentemente identificada nas narrativas. Segundo Stuart Hall:

60

Em primeiro lugar, contrariamente à crença generalizada, a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. A diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar um grupo de outro (HALL, 2004, p. 63).

A dimensão de classe existe porque os migrantes mais discriminados são os de condição social menos favorecida. Então, liga-se a imagem do nordestino a ocupações de baixo status social. A cultura nacional busca sempre unificar os indivíduos, independente da raça, classe ou gênero. Apesar desse discurso de unificação, as diferenças continuam existindo. Ocorre a disputa por hegemonia entre as classes sociais e etnias. A divisão entre

regiões desenvolvidas e atrasadas aumenta, e os habitantes das regiões menos desenvolvidas são identificados como atrasados.

O processo de globalização e modernização ocorre em escala mundial. Busca-se um modelo de civilização e desenvolvimento. As diferenças culturais entre países são ignoradas. A heterogeneidade social é causada pelas migrações, que aumentaram com o processo de globalização. Os nordestinos são vistos como avessos ao projeto modernizador, branqueador e europeizante que define como barbárie o que dele difere.

Canclini (2003) demonstra que ocorrem fenômenos como esse em outras metrópoles latino-americanas. Em Buenos Aires existe o conflito social entre *portenhos* e *provincianos* e na Cidade do México, entre *chilangos* e *nacos*. No mundo contemporâneo existe uma dissolução das monoidentidades. Não existe a sustentação da cultura nacional por uma cultura global. Não há um consenso sobre os efeitos da globalização, seriam negativos ou positivos? Apesar dos benefícios da abertura e integração internacional, houve o agravamento de problemas e conflitos (desemprego, poluição, violência, etc.).

61

Para Canclini (2003), surgem as divergências entre os corpos culturais, os dramas da interculturalidade e da exclusão. A globalização sem a interculturalidade é um objeto cultural não-identificado. Existe a interdependência e interpenetração entre global e local. Os dados demográficos demonstram que não ocorre a dissolução das diferenças entre as nações, nem uma mobilidade transnacional generalizada, nem culturalmente, nem economicamente. Não existe a sustentação da cultura nacional por uma cultura global. Os símbolos máximos da globalização estão nos Estados Unidos e no Japão, alguns na Europa e quase nenhum na América Latina. Permanece a distinção entre centro e periferia. A globalização sem a interculturalidade é um objeto cultural não-identificado. Existe a interdependência e interpenetração entre global e local.

O autor denomina três processos: globalização, internacionalização e transnacionalização. A internacionalização da economia e da cultura se iniciou com as navegações e o contato Europeu com o Extremo Oriente e a América

Latina. A transnacionalização se iniciou a partir da primeira metade do século XX, com as empresas e organismo que não tem sede exclusiva em apenas uma nação, mas em várias. A globalização surgiu a partir desses dois processos.

As mudanças globalizadoras alteraram a maneira de conceber a cultura. O início da idéia de globalização se deu com o fim da polaridade ideológica e surgimento de um mundo fragmentado e cheio de possibilidades. As fronteiras mundiais se tornaram menos proibitivas e se estabeleceu uma tendência de homogeneidade, de internacionalização das formas financeiras do capitalismo. Após a queda do “muro de Berlim”, surgiu uma multipolaridade ideológica, crise das instituições, das ideologias e das teorias sociais.

Segundo Chesnais (1996), o adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas. Foi difundido a nível mundial pela imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. As publicações que faziam apologia da “globalização” apresentam esse mundo como um mundo “sem fronteiras” e as grandes empresas como “sem nacionalidade”.

Esses termos não são neutros, são cheios de conotações e por isso invadiram o discurso político e econômico cotidiano com facilidade. A globalização não trouxe apenas mudanças econômicas e comunicacionais, como a circulação de capitais, bens e mensagens, gerou também a circulação de pessoas que se deslocam entre países e culturas como migrantes. O que não era possível até o século XX. Essa reorganização mundializada das sociedades é um processo irreversível, não há como construir sociedades alternativas desligadas do global.

A intensificação do intercâmbio não põe todos os habitantes do planeta em interação. Benedict Anderson (1993) chamou as nações de “comunidades imaginadas”, porque não há como os membros de uma nação conhecer todos os seus compatriotas. Canclini (2003) constrói o termo globalização imaginada. Porque na globalização tem se a ilusão de integração mundial e o imaginário

de que todos podem se conhecer, mas existe ao mesmo tempo o esquecimento e a segregação, causados pela desigualdade.

Para Stuart Hall (2004) as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização. As identidades nacionais não são mais unificadas e homogêneas, estão sendo descentradas e fragmentadas por causa da globalização. As conseqüências desse processo sobre as identidades nacionais se apresentam na desintegração como resultado da homogeneização cultural do mundo. Surgem novas identidades nacionais híbridas, substituindo as identidades nacionais.

Segundo Castells (1999), o controle do monopólio do Estado sobre o tempo e o espaço, até então assegurado, vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, de serviços, de tecnologia, de comunicação e do crime organizado. Como forma histórica das sociedades modernas, o Estado-Nação encontra sua soberania, sua capacidade regulatória e as condições para sua legitimidade enfraquecidas.

63

Este processo de globalização e transformações das identidades nacionais se relaciona com a discriminação de alguns grupos não hegemônicos. Como o caso dos nordestinos no Brasil. Esses grupos estão à margem do processo de modernização e civilização, que segue um padrão europeu, ocidental e branqueador. O que difere das características consideradas civilizadas é caracterizado como inferior e descivilizado.

No Brasil, há a desigualdade regional, os estados do sudeste onde predomina esse preconceito são modernizados e desenvolvidos economicamente. Os estados do nordeste estão fora do eixo hegemônico que predomina na sociedade brasileira. Essa desigualdade se estende aos habitantes das regiões surgindo o preconceito dos paulistas e cariocas contra os nordestinos.

A discussão sobre o preconceito contra nordestinos no Brasil coloca em questão as hierarquias sociais e as relações interétnicas. Para que o Brasil se torne uma sociedade mais democrática e igualitária é necessário promover este tipo de discussão e exposição de problemas. Devem ser reconhecidos os

direitos dos grupos não-hegemônicos e sua dignidade. O modelo de civilização proposto pela globalização deve ser questionado, pois exclui minorias étnicas e culturais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. SP: Xamã, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NÓBREGA, R. “*Baianos*” e “*paraibas*”: notas sobre a discriminação contra migrantes nordestinos. GT5 – Cultura, Política, Memória e Subjetividade. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

